

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA MONETÁRIA DO SÉC. XV (1448-1495)

Maria José Pimenta Ferro Tavares

As emissões monetárias portuguesas, entre 1438 e 1495, poderão ser agrupadas em 4 fases:

1 — de 1438 a 1457 — durante a regência de D. Pedro e os primeiros anos do reinado de D. Afonso V, o numerário emitido insere-se dentro da metrologia geral das espécies eduardinas. Neste grupo, podemos demarcar uma sub-fase que está essencialmente ligada ao lançamento de um novo numerário de cobre, o ceítal, com o valor de $1/5$ do real branco e que irá substituir o real preto como submúltiplo efectivo do real de 35 libras, unidade de conta e, por enquanto, também espécie corrente;

2 — de 1457/60 a 1470/72 — período essencialmente caracterizado pela integração da moeda portuguesa no renascimento monetário europeu e durante o qual vemos aparecer em circulação espécies de ouro e de prata de boa lei, como os cruzados e os reais grossos, a par de moedas subsidiárias de bolhão, os espadins e os cotrins, que correm juntamente com os reais brancos e os ceitis;

3 — de 1470/72 a 1485 — esta 3.^a fase será no que respeita ao período afonsino afectada pela desagregação da moeda castelhana que, desde pelo menos 1470, vinha a preocupar o soberano e que levará a toda uma série de leis tendentes a defender as peças portuguesas. Definir-se-á essencialmente pelo lavramento dos chinfrões ou meios grossos. Ainda dentro deste período devemos englobar um sub-grupo pertencente ao numerário da guerra contra Castela, e que abrangerá os anos de 1475-76.

Inserimos aqui os primeiros anos do reinado de D. João II, na medida em que monetariamente eles prolongam as cunhagens paternas;

4 — de 1485 a 1495 — é o verdadeiro período da numária joanina, essencialmente caracterizado por moedas de boa lei. A limitada variedade de espécies, justos, espadins e cruzados de ouro, vinténs, meios e quartos de vintém, em prata de 11 dinheiros, e o ceítal para moeda pequena de troca, com acentuação no ouro, demarca o início do que poderemos considerar o

esplendor monetário português e que virá a ter o seu expoente máximo, em peças, com D. Manuel.

*

Ao suceder a D. Duarte, D. Afonso V segue-lhe o esquema monetário bimetálico por ele retomado. Assim e durante a regência de seu tio, lavram-se:

- em ouro de 18 ou 20 quilates, os *escudos*;
- em prata de 11 e 9 dinheiros, os *leais*;
- em bolhão, os *reais brancos* ou reais de 35 libras;
- em cobre, os *reais pretos*.

Devido à escassez e carestia do metal branco e à sua fuga constante da circulação, ou por drenagem para o exterior ou pela prática do entesouramento, o regente pratica uma política de lavramento da moeda de bolhão baixo, em detrimento das peças boas de ouro e prata. Os primeiros anos do reinado de D. Afonso V caracterizam-se, assim, por uma circulação de espécies de fraca lei que não agradam aos povos¹.

Ao tomar conta das rédeas do poder, este soberano altera a política monetária seguida por D. Pedro. De facto, assiste-se a uma proliferação de moedas que, se por um lado acompanham o renascimento monetário europeu da boa moeda de ouro e prata, a partir da segunda metade do século XV, por outro deixam transparecer no respeitante à prata e ao bolhão a constante sangria destas espécies a qual é correlativa de uma balança comercial deficitária e de um reino pobre em metal branco. No entanto não podemos deixar de sublinhar os esforços de D. Afonso V na manutenção da moeda argentea de boa lei.

Em ouro, continua as emissões dos escudos, dentro da metrologia iniciada por seu pai, ou seja em número de 50 peças no marco e peso médio de 4,58 grs.² A lei mantém-se com grande probabilidade inferior à da boa moeda áurea europeia³, provavelmente entre 18 e 20 quilates⁴. Lavrados

¹ Sobre este assunto, veja-se: MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO, *Política monetária do regente D. Pedro* (1439-1448), sep. de *Nymms*, 2.^a série, vol. II, Porto, 1979 e bibliografia aqui indicada.

² J. FERRARO VAZ, *Livro das moedas de Portugal*, Braga, 1969, vol. I, pág. 402.

³ RUI DE PINA refere-os como sendo moeda de fraca aceitação no exterior, devido à sua baixa lei (RUI DE PINA, «Chronica d'elRey D. Affonso V», in *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, 1790, vol. I, pág. 459; A. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.^a ed., Porto, 1964, vol. I, pág. 230.

⁴ Preferimos indicar esta variação no toque pois, comumente, se tem afirmado que a sua lei é de 18 quilates (TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 229). No entanto, D. Pedro lava escudos de 20 quilates (MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, pág. 20).

nas oficinas monetárias de Lisboa, Porto e Ceuta⁵, os escudos vêem o seu valor nominal subir ao longo do século, devido sobretudo ao custo da prata. Inicialmente cotados em 120 reais ou menos, se atendermos à afirmação de Catalão⁶ sobre a necessidade de se lhe apôr um valor paritário com a dobra de banda castelhana que, em 1436, corria por 120 reais brancos⁷, ou 140, se seguirmos a lei de 1451⁸, é um facto que eles circulam com este valor até este ano⁹. Contudo, ainda em 1451, o seu curso sobe para 160 reais, segundo podemos depreender da carta de quitação dada a João Afonso, recebedor da sisa dos panos de Lisboa, entre 1 de Janeiro de 1450 e 1 de Janeiro de 1452¹⁰.

Em 1457, segundo Rui de Pina, o soberano põe em circulação uma nova moeda de ouro, superior em 2 grãos ao ducado¹¹. É o chamado cruzado¹², cunhado em ouro de 23 3/4 de quilate, com o peso médio de 3,55 grs. e em número de 64,64 peças no marco¹³. Apesar de no toque ser superior ao numerário áureo contemporâneo, o seu valor nominal é baixo¹⁴, o que se [poderá explicar pela ausência de credibilidade por parte das espécies emitidas pelos monarcas portugueses, no mercado «internacional». Em 1460-61, a sua cotação é de 253 reais, ou seja, mais um décimo que a dobra

⁵ Da casa monetária de Ceuta, apenas se conhece o meio escudo (TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 230; J. FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 247; *Catálogo descritivo das moedas portuguesas. Museu Numismático Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, vol. I, pág. 330).

⁶ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 376; V. MAGALHÃES GODINHO, *L'économie de l'empire portugais aux XV. et XVI. siècles*, SEVPEN, Paris, 1969, pág. 162; MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, pág. 25.

⁷ MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO, *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974, pág. 125, quadro n.º II e bibliografia aqui indicada.

⁸ *Ordenações Afonsinas*, Coimbra, 1792, liv. 4, tit. CIX; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 229 e 374; COSTA LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, pág. 322; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 162.

⁹ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fls. 3-3 v.º.

¹⁰ *Ibidem*, liv. 3, fls. 29-29 v.º. Idêntico valor é-lhe dado no contrato de casamento de Isabel Gouveia com Vasco Fernandes de São Paio, em 1454 (*Ibidem*, liv. 10, fls. 106-106 v.º). É de notar que, aqui, a peça áurea é tomada como unidade de conta.

¹¹ RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 459; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 230; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 324; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 162.

¹² Pela primeira vez, aparece na legenda o nome da moeda, ora no anverso ora no reverso, mas sempre junto do nome do rei.

¹³ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 230; J. FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 402; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 162. A metrologia não é coincidente nestes AA., mas aproximada. Em documento de 1476, o cruzado aparece-nos indicado com a lei de 24 quilates e em número de 64 peças e 2/3 no marco (A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 4, fls. 210-211).

¹⁴ RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 459.

de banda castelhana, avaliada em 230 reais¹⁵. Em 1472, sobe para 324¹⁶. Em 1474-75, o seu poder de compra está em 325 reais¹⁷ e, entre 1478-80, ascende de 360 a 380 reais, numa média de dez reais por ano¹⁸. Isto significa que, em vinte anos, o valor nominal do cruzado será reforçado em cerca de 50%.

Concomitantemente o marco de ouro lavrado passará de 16.353,92 a 24.563,20 reais¹⁹.

Não escasseando o metal amarelo em Portugal, só podemos explicar esta alteração e o consequente aumento do ouro amoeado através da conjuntura peninsular, por um lado, e da carestia da prata em relação àquele metal, por outro. É de facto a sucção da boa moeda nacional por Castela e a invasão do reino pelos henriques de fraco toque, que obrigam D. Afonso V a legislar sobre o valor áureo daqueles, aumentando o da moeda portuguesa²⁰. É bem claro a este respeito o alvará enviado ao concelho do Porto a consultá-lo, pois fôra alertado por dois cidadãos, naturais desta cidade, para o facto de «por as moedas de nossos regnos andarem baixas e as de Castella altas todallas dos dictos nossos regnos levavam pera fora pollo qual era necesario nos as mandarmos correger»²¹.

Não cremos que o soberano tenha diminuído o peso do cruzado, visto que a lei se manteve inalterável, para obstar à sua drenagem para o exterior, embora M. J. Rodrigues refira a existência de um cruzado saído da oficina monetária do Porto, com peso ligeiramente inferior aos emitidos por Lisboa²².

Durante a guerra contra os Reis Católicos, pelo trono de Castela, o soberano português retoma o lavramento de escudos de ouro. Segundo Bata-

¹⁵ Porto, Gabinete de História da Cidade, *Verêações*, liv. 3, fl. 282 v.º; TELXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 230; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 413; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, págs. 163 e 165.

¹⁶ «Livro Vermelho de D. Afonso V», in *Inéditos...*, vol. III, doc. n.º 16, pág. 445; TELXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 233 e 387; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 413; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 165.

¹⁷ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 45.

¹⁸ JORGE FARO, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481*, Lisboa, 1965, págs. 260, 262, 264, 271 e 273.

¹⁹ Se nós trabalharmos com unidades, teremos o preço do marco de ouro amoeado, avaliado em 16.192 rs. (Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pág. 163) e 24.320, respectivamente.

²⁰ Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fls. 21, 35, 40, 42; *Livro Vermelho*, págs. 436-437; Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, págs. 230, 231, 233 (nota 2) e 382-389.

²¹ Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 35.

²² M. J. RODRIGUES, «Moeda inédita de D. Afonso V», in *Arqueólogo Português*, Lisboa, 1905, vol. X, pág. 41. Na colecção de PINTO MAGALHÃES, existe um cruzado de Lisboa com o peso de 3,4 grs. (*Colecção numismática Pinto de Magalhães, Catálogo*, Porto, 1967, vol. II).

lha Reis, são lavrados na lei de 23 3/4 de quilate e pesam 4,05 grs.²³ Cunham-se assim 56,66 peças num marco de ouro.

Este Autor data-os de Junho de 1475 a Junho de 1476²⁴. A confirmar esta hipótese temos uma carta de Isabel, a Católica, datada de 7 de Junho de 1475 em que proíbe o curso das moedas emitidas por D. Afonso V, como rei de Castela²⁵.

Ignoramos o seu valor nominal, embora Batalha Reis o calcule em 374 reais brancos, atendendo a que o cruzado de peso inferior corre por 324 reais²⁶. Talhado ao fracasso, o escudo de Toro é uma moeda destinada a fugir da circulação, pois não nos podemos esquecer que o seu fim é o de concorrer com as peças castelhanas, emitidas pelos Reis Católicos. Daí que a sua metrologia se aproxime destas sendo, no entanto, inferior aos meios excelentes, lavrados em 50 peças no marco tal como a boa moeda de Henrique IV²⁷. Por isso o seu destino é o entesouramento ou a fundição em Castela, onde a sua circulação está interdita. Em Portugal, o seu movimento deve ser mínimo, se atendermos a que o cruzado continua a ser a moeda de ouro por excelência.

Contemporâneo do lançamento dos cruzados, ou muito próximo dele, temos as emissões de reais grossos de prata de 11 dinheiros. Teixeira de Aragão dá-nos como início do seu fabrico o ano de 1457. Cunhados com o peso de 67 52/68 grãos²⁸ e em número de 68 peças no marco, correm, segundo este Autor, com o valor de 20 reais brancos, sendo o marco de prata amoeado apreçado em 1.360 reais²⁹.

Ora a documentação é praticamente muda sobre os grossos e, por isso, não poderemos abandonar o campo das hipóteses.

Pelo alvará de 15 de Dezembro de 1462³⁰, enviado pelo rei ao concelho do Porto, em resposta aos protestos deste, sabemos que por esta altura constava no reino que D. Afonso V ia cunhar reais de prata em número de 70 peças no marco e com o valor de 24 reais brancos cada. Daí aquele município apresentar como inconvenientes o aumento do preço da prata e do

²³ BATALHA REIS, *Moedas de Toro*, Lisboa, 1935, págs. 85-86.

²⁴ BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 37. Indica como limite máximo possível, Setembro de 1479. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 230-231.

²⁵ O. GIL FARRÉS, *Historia de la moneda española*, 2.ª ed., Madrid, 1976, pág. 374.

²⁶ BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 86.

²⁷ O. GIL FARRÉS, *ob. cit.*, pág. 375. A 24 de Junho de 1475, os Reis Católicos põem a circular moedas de ouro de 23 3/4 de quilate, em número de 25, 50 e 100 peças no marco e que são conhecidas por excelentes, meios excelentes e quarto de excelentes.

²⁸ A um marco correspondem 4 608 grãos o que dá para esta moeda o peso de 3,37 grs.

²⁹ A. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 232; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163.

³⁰ Porto, G. H. C., *Livro 1.º de cartas e alvarás delrey Dom Manoel*, fl. 5; MAGALHÃES GODINHO, pág. 166. Por lapso, encontra-se referido o ano de 1461.

ouro, subindo o primeiro metal para 1 680 reais o marco e o segundo para 17 600³¹. O soberano contrapõe alegando que «parece nos bem seer fecta tal moeda por a mimgua della que ha em nossos regnos em espeçiall de moeda grossa», e afirma que o marco não chegará a tal valia. Podemos daqui concluir que, em 1462-63, se lavram os chamados reais grossos e que a cotação daquela unidade de peso será inferior a 1 680 reais. E pouco mais...

Vejam os agora o que nos dá a restante documentação³². Assim, temos que considerar uma baliza cronológica que, talvez, não seja significativa, mas que vamos utilizar como hipótese de trabalho: 1457. É a partir desta data que nos surge a referência a reais de prata de 12 reais brancos³³ e a grossos³⁴, enquanto antes era o leal a espécie indicada³⁵.

Distinguimos, assim, os reais de 12 reais brancos dos leais, pois pensamos que aqueles se referem ao meio real de prata posto a circular. De facto, no contrato de venda do castelo e vila de Penarróia, feito a 2 de Fevereiro de 1457, o leal é cotado em 15 reais brancos³⁶ e não em 12 como antes. É lógico supor, pensamos, que a antiga moeda branca, superior em peso ao meio real grosso, veja o seu valor nominal reforçado, anteriormente ao lavramento deste, a fim de poder ser recolhida pelo próprio rei, antes de ser entesourada pelos particulares ou levada para o exterior a pouca quantidade que ainda existe em circulação.

Se nós partirmos para o estudo dos grossos da média ponderal das espécies chegadas até nós, teremos de concluir que o cálculo de Teixeira de Aragão

³¹ Pela ordenação de 22 de Agosto de 1460, sabemos que o marco de prata amoadado vale 1.500 reais brancos, enquanto o de ouro corre por 16 192 rs. (Porto, G. H. C., *Vereações*, liv. 3, fl. 282 v.º; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 230; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163; A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, «A moeda portuguesa durante a Idade Média», in *Ensaio de história medieval portuguesa*, ed. Vega, Lisboa, 1980, pág. 219). Segundo o concelho do Porto, sendo a dobra cotada em 250 rs., o cruzado passa a 275 rs., com base naquela lei. O marco de ouro sobe, assim, para 17 600 rs. (Porto, G. H. C., *Livro 1.º de cartas e alvarás delrey Dom Manoel*, fl. 5).

³² Não podemos deixar de referir que um dos grandes problemas que se nos depararam, foi a menção quase constante à unidade de conta, o que nos tirou toda a possibilidade de sabermos qual a moeda usada.

³³ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 31 v.º; *Odiana*, liv. 4, fl. 45 v.º; liv. 6, fls. 76 v.º, 78; liv. 3, fls. 44 v.º, 80 v.º, 118, 63, 66-67, etc.

³⁴ *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fls. 89 e 98 v.º. É provável que aos grossos se aplique a referência a reais de prata sem qualquer valor à frente (*Ibidem*, liv. 1, fls. 15, 77; liv. 8, fl. 17; liv. 33, fls. 56, 136-136 v.º; *Estremadura*, liv. 5, fl. 40; *Odiana*, liv. 4, fls. 157 v.º, 205, etc.). Em 1473, de novo aparece a designação de grossos e meios grossos (*Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fls. 82-82 v.º).

³⁵ *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 93 v.º; liv. 13, fl. 123 v.º; *Além Douro*, liv. 4, fls. 130-130 v.º; Évora, Arq. Dist., *Livro 1.º de Pergaminhos*, fls. 120, 120 v.º.

³⁶ A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 4, fls. 130-130 v.º.

está correcto ³⁷. Mas neste caso, o seu valor nominal nunca poderá ser o de 20 reais brancos, pois o marco de 11 dinheiros amoedado é inferior ao valor determinado em 1460, ou seja, 1500 reais brancos ou 375 espadins ³⁸.

Assim, ou nós pomos a hipótese de:

— emissões diferentes de reais grossos com um intervalo mínimo de tempo: uma, em 1457, com a metrologia e a cotação propostas por Teixeira de Aragão, e outra, entre 1460-62, na sequência das medidas legislativas, tomadas sobre o ouro e a prata. Neste caso, de modo algum se podem manter inalteráveis aquelas variantes: ou mudam as duas ou uma delas, forçosamente. Suponhamos que o peso de 3,37 grs. permanece, mas o valor nominal passa a ser o de 24 reais brancos, mais concordante com os reais de 12 reais brancos, atrás referidos. Teremos o marco de prata em 1 632 reais. Vitorino Magalhães Godinho fixa-o em 1 575, sendo portanto, assim o pensamos, o número de peças calculado em 65 ³⁹;

— ou de uma emissão posterior a 1457.

É óbvio que na primeira hipótese teria havido uma desvalorização da moeda a qual acompanha o alteamento da prata.

Vejamos agora a segunda. Num contrato de aforamento, datado de 20 de Setembro de 1479, encontramos referidos os reais de prata de 8 peças na onça, ou seja, de 64 no marco ⁴⁰, os quais valerão no mesmo ano 25 reais brancos ⁴¹ e, em 1481, de novo 24 reais ⁴².

A nossa hipótese é a de que estes reais grossos de 64 no marco e com o valor de 24 brancos são os lavrados entre 1460-62, com o peso inicial de 3,74 grs. ⁴³. O marco de prata custa agora 1 536 reais, o que não anda longe nem dos 1 500 reais de 1460, nem dos 1 540, por que é avaliado num contrato

³⁷ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 232; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163.

³⁸ Ver nota 31.

³⁹ O cálculo é nosso e obtivemo-lo mantendo os 24 rs. brs. como o valor atribuído ao grosso. No entanto, ignoramos como o referido A. chegou ao preço do marco de prata (MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 166).

⁴⁰ A. N. T. T., *Odiana*, liv. 2, fl. 48.

⁴¹ Évora, B. P., Arquivo do Cabido da Sé, *cód. CEC-5-XV*, fl. 89 v.º. É de notar que, em aforamentos de 1470 e 1478, o real de prata nos vem indicado com o valor de 25 e 24 rs. brs., respectivamente (A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 8, fl. 26 e liv. 7, fl. 130 v.º.)

⁴² A. N. T. T., *Cortes*, m. 3, n.º 5, fls. 9-10; *Cortes*, vol. 33, fl. 82; *Cortes*, vol. 44, N. A. 118, fls. 95-96.

⁴³ Nenhum dos exemplares do Museu de Numismática tem este peso, nem mesmo os de Toro. A corroborar a nossa hipótese, temos a referência ao pagamento de diversos foros em Lisboa, no ano de 1465, onde nos aparecem mencionados o leal a 12 rs. brs. e o grosso a 24 rs. (A. N. T. T., *N.A.319*, fls. 8 e 21).

de aforamento de 1465 ⁴⁴. São estas espécies que, em 1482, irão ser cotadas em 30 reais ⁴⁵.

Num reino onde o custo de prata é elevado porque o metal é raro e onde circulam alguns leais, com o peso intermédio entre os grossos e os meios grossos, correndo estes com o valor de 12 reais brancos, mas sendo ponderalmente inferiores à metade do seu múltiplo, é lógico pensarmos que o real grosso de prata tende a fugir da circulação.

Valendo 12 reais brancos, o meio grosso dos anos sessenta deve ter um peso superior aos chinfrões de 1472, pois será irrazoável computarmos o marco amoedado em 1 896 reais, no caso de pesarem 1,45 grs. Daí julgarmos que o peso médio primitivo oscilará por 1,68 grs., sendo lavrados em 136 peças no marco ⁴⁶. A unidade peso custará, assim, 1 532 reais brancos o que se aproxima do seu preço em 1460 e do seu valor em reais grossos.

No entanto, a quantidade de numerário em bolhão e em cobre é excessivamente elevada ⁴⁷, pelo que a moeda boa tende a desaparecer da circulação, quer sugada clandestinamente ou não por Castela, quer entesourada. Daí que possamos perceber a afirmação de D. Afonso V, no prólogo da lei de 1472, que no reino apenas correm cruzados e ceitis ⁴⁸.

A solução reside em desvalorizar as boas espécies que anteriormente corriam, para responder «a ennoção da moeda que se ora fezera em Castella»⁴⁹. A 16 de Fevereiro de 1472, o soberano promulga a lei sobre os meios grossos e indica uma nova cotação para a prata ⁵⁰.

No preâmbulo da ordenação, o monarca justifica a medida, corolário de toda uma troca de correspondência entre o rei-concelhos-casas da moeda, ao afirmar que «como a boa governança de nosos Reinos e Senhorios, pertence aver neles muita moeda meuda pera o trauto da mercadoria, e huso da

⁴⁴ *Ibidem*, *Estremadura*, liv. 5, fl. 127.

⁴⁵ *Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 43 v.º; *Odiana*, liv. 2, fls. 117 v.º-118; Porto, G. H. C., *Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 177 v.º.

⁴⁶ Obtivemos este cálculo a partir do peso médio dos reais grossos, ou seja, 3,37 grs. Esta nossa hipótese não se encontra comprovada pelos meios grossos, chegados até nós. FERRARO VAZ dá-nos o peso médio de 1,45 grs. que é o dos chinfrões de 1472, lavrados em 158 peças no marco (J. FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 402).

⁴⁷ A corroborar a emissão excessiva de moeda subsidiária de cobre, temos a grande quantidade de ceitis, chegados até nós.

⁴⁸ *Livro Vermelho*, págs. 444-445; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 386; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 329; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163; OLIVEIRA MARQUES, *ob. cit.*, pág. 219.

⁴⁹ Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 21.

⁵⁰ *Livro Vermelho*, págs. 444-451; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 386-389 e 234-235; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 328-332; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, págs. 163-164; OLIVEIRA MARQUES, *ob. cit.*, pág. 219.

ente ser sem peso (*sic*), e alem diso o Reinno ser abastado de pra ta por jser hũa de suas principaes riquezas, das quaes cousas nosos Reinos são ora bem falecidos, asy de moeda meuda, porque nam corre neles senam crusados e ceitiis com que o povo muito peso recebe, e espadiins, dos quaes hi ha muy pouquos, como de prata solta nem amoedada de que muita soma soya aver, a qual por andarem nosas moedas, e correr em nosos Reinos em pequenos preços, e valer muito nos Reinnos comarcaãos, foy levada pera elles, e ficou noso Reino falecido de prata, e muy minguoado de moeda». Para evitar perturbações no custo de vida e no valor dos metais preciosos, o soberano responde à falta de moeda pequena com a emissão dos meios reais de prata de 11 dinheiros, os vulgarmente designados chinfrões. Estes são lavrados em 158 peças no marco e valerão 3 espadins, ou seja, 12 reais brancos. Daqui resulta que o marco de prata sobe para 1 896 reais, sendo o custo de cada marco computado em 33 reais.

Estas espécies caracterizam-se por terem um peso inferior aos anteriores meios grossos, embora sejam cunhadas com o mesmo tipo de cunhos. Daí a nossa dificuldade em distinguirmos os meios reais dos anos sessenta, dos chinfrões agora postos a circular.

Além da moeda de prata, fabricada nas casas monetárias de Lisboa, Porto e Ceuta ⁵¹, D. Afonso V emite reais grossos e meios reais, em Toro, com as armas de Leão e Castela, no reverso, e o escudo português no anverso ⁵². Segundo Batalha Reis, são lavrados em número de 67 ⁵³ e 135 peças no marco de 11 dinheiros, respectivamente, e com o peso de 3,40 grs. (68 grãos) e 1,69 grs. (34 grãos). Quanto ao valor nominal, este Autor discorda da opinião de Teixeira de Aragão e propõe o curso de 27 reais brancos ⁵⁴.

Julgamos, contudo, que a emissão destes reais de prata, circulando quer em Portugal quer em Castela, aonde, segundo Batalha Reis, se destinam, representa um gasto infrutífero de metal branco. De facto, a nível nacional o seu fim é o entesouramento, pois circula com o seu submúltiplo, a par de uma moeda que, embora de boa lei, tem o peso inferior ao meio grosso de Toro e corre com o mesmo poder de compra, ou seja, 12 reais. Senão, atenemos neste quadro, feito a partir da lei de 1472 e da hipótese de Batalha Reis para a moeda de Toro:

⁵¹ Existem reais, lavrados na oficina monetária de Ceuta, os quais se caracterizam, tal como o meio escudo de ouro e os ceitis de cobre, por terem, no seu campo, um castelo rodeado pelo mar (FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 247).

⁵² TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 232; BATALHA REIS, *ob. cit.*, págs. 55-60.

⁵³ BATALHA REIS, *ob. cit.*, págs. 58 e 60.

⁵⁴ BATALHA REIS, *ob. cit.*, págs. 59-60.

MOEDA	PEÇAS NO MARCO	VALOR NOMINAL	VALOR DO MARCO AMOEDADO
Chinfrão	158	12 rs. brs.	1986 rs. brs.
Reais grossos de (Toro)	67	27 rs. brs.	1809 rs. brs.
Meios reais (de Toro)	135	12 rs. brs.	1620 rs. brs.

Logicamente o chinfrão expulsa as outras duas do circuito monetário português. O mesmo sucede em Castela, onde o seu fim é a fundição para aproveitamento do metal nobre, pois, contra si, têm vários óbices:

- curso proibido por determinação dos Reis Católicos, em Junho de 1475;
- lei inferior à moeda de prata por estes emitida;
- área de circulação restrita no espaço e no tempo.

Pensamos poder afirmar pelo que expusemos sobre as cunhagens argêntas de D. Afonso V que a sua circulação deve ter sido mínima no reino, além de representarem um dispêndio inútil de metal branco, devido à quantidade excessiva de espécies subsidiárias de baixa lei que, obviamente, tendem a retirá-las do circuito monetário⁵⁵.

O saneamento da moeda, experimentado por este soberano, só resulta quanto ao ouro. A recuperação das espécies argêntas só será efectuada por D. João II, como veremos.

Como numária subsidiária em bolhão, circulam os reais brancos e duas moedas novas, os espadins e os cotrins, bastante contestados pelos povos em córtes⁵⁶, devido à sua variada lei baixa.

Os reais brancos, cunhados por D. Afonso V, dentro da mesma metrologia dos de seu pai e avô, devem ter conhecido, ao longo dos decénios de

⁵⁵ Só por curiosidade, não queremos deixar de referir que uma casa e um chão, comprados em 1477, à porta do Olival, no Porto, por 12 500 rs., são pagos em 62 500 ceitis (Porto, G. H. C., *Pergaminhos*, liv. 5, fl. 46).

⁵⁶ A. N. T. T., *Cortes*, m. 3, n.º 5, fls. 36-36 v.º; *Cortes*, vol. 44, fls. 96-97 v.º; Lx., Bibl. Acad. Ciênc., *Cortes*, mans. azul 475, fls. 179 v.º-180; VISCONDE DE SANTARÉM, *Alguns documentos para servirem de provas à parte 2.ª das Memórias para a história e theoria das cortes geraes que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino*, Lisboa, 1828, págs. 223-225; TEIXEIRA DE ARA-GÃO, *ob. cit.*, pág. 235; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 350-351.

1450-60, as suas últimas emissões. Lavrados em lei de 1 dinhe ro e meio ⁵⁷, entram em número de 854 peças no marco de 11 dinheiros, ou seja, 77 no marco de bolhão ⁵⁸ e pesam 2,99 grs., o que representa já uma quebra em relação aos emitidos pelo regente ⁵⁹.

Em data que não sabemos precisar mas que ronda os anos de 1457-60, D. Afonso V põe a circular os espadins com o valor de 4 reais brancos, em 1460 ⁶⁰. Lavrados em liga muito diversa, desde os 3 dinheiros a quase cobre, e em número de 114 peças no marco de bolhão, com o peso de 2 grs. cada ⁶¹, o múltiplo do real branco tende, devido à variedade da lei de moeda para moeda, a retirar da circulação o real branco de título uniforme e de peso superior ⁶². A agravar a situação deste, temos os novos dinheiros divisionários do espadim: o meio espadim e o cotrim.

Para este último, Ferraro Vaz dá-nos o peso de 1,90 grs. e o toque de 1 dinheiro ⁶³. Por um documento citado por Viterbo, o cotrim equivale a 5 ceitis ⁶⁴. Isto quer dizer, que face ao desaparecimento do real branco como espécie cunhada para se transformar meramente em unidade de conta, cabe ao cotrim a função de o substituir na circulação. Donde 1 cotrim=1 real branco=5 ceitis=1/4 do espadim ⁶⁵.

Facilmente se conclui que este caos na moeda subsidiária só conduz à irradiação do numerário de prata do circuito monetário e ao depauperamento do reino em metal branco, pois também não impede que os bolhões sejam levados para o exterior, além de que a reacção psicológica dos utentes da moeda régia é de repulsa pelo fraco e variado dinheiro miúdo do soberano.

⁵⁷ Porto, G. H. C., *Vereações*, liv. 3, fl. 283 v.º; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 382 e 234; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 325-326; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163.

⁵⁸ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 116 v.º.

⁵⁹ MARIA JOSÉ FERRO, *Política monetária...*, pág. 19.

⁶⁰ Porto, G. H. C., *Vereações*, livro 3, fl. 282 v.º; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 234.

⁶¹ FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 402.

É provável que esta moeda tenha sofrido uma quebra no peso pois, em 1481, D. Afonso V refere-a como sendo lavrada em número de 145 peças no marco. A lei mencionada para o espadim é de 63 grãos o que nos dá uma espécie de lei muito baixa. (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fls. 10-10 v.º).

⁶² É provável que as últimas emissões de reais brancos pertençam à década de 60.

⁶³ FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 402.

⁶⁴ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 235.

⁶⁵ Ignoramos a origem do nome desta moeda. COSTA LOBO relaciona-o com a família Cotrim (COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 325, nota 1). É provável, no entanto, que a sua origem seja italiana: «quattrino». Na carta de quitação do Dr. João Fernandes da Silveira, encontramos referidos ducados, baiocos e cotrins, moedas romanas (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 2; *Extras*, fl. 47; SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1971, vol. III, doc. n.º 12). Ora estes cotrins só podem ser os «quattrini», moeda de bolhão com o valor de 4 dinheiros.

Este bem se apercebe disso, ao afirmar que as «moedas liguadas fazem alçar o preço da prata, e ouro, e mercadaryas, e nosos povos tem sempre delas receio, nam conhecendo seu verdadeiro valor, nem avendo-se por seguros da fazenda, que nas taaes moedas tem, segundo a experiemcia em taes casos amostrou»⁶⁶.

Em cobre, circulam raros reais pretos e os ceitis. Aqueles devem ter tido as suas últimas emissões durante a regência de D. Pedro⁶⁷. Substituem-nos os ceitis, lavrados em cerca de 120 peças no marco e com 2 grs. de peso⁶⁸, o que os torna numa moeda superior aos últimos reais pretos cujo peso médio é de 0,94 grs⁶⁹.

Ignoramos a data certa da primeira emissão deste novo numerário de cobre. Apenas sabemos que, em Dezembro de 1449, durante o assalto à judiaria grande de Lisboa, são roubados alguns sacos com ceitis⁷⁰. Relacionado talvez com este novo lavramento, temos o pedido do concelho do Porto, neste mesmo ano, a solicitar a D. Afonso V que não lavre mais «desta moeda de cobre porque he grande abatimento de suas rendas e estruicam de seu povoo»⁷¹.

O seu valor inicial é o de 1/5 do real branco⁷² e só com D. João II passará a 1/6, como veremos.

Destina-se a correr como submúltiplo do real branco, substituindo o real preto que equivalia a 1/10 deste. O facto de o seu poder de compra ser superior, no dobro, a esta espécie relaciona-se com o seu valor intrínseco em cobre que também lhe é superior, como vimos.

Os ceitis afonsins abundam nos achados monetários o que confirma a quantidade elevada de espécies emitidas ao longo do reinado. A corroborar esta conclusão, temos o facto de um aforamento de casas no Olival (Porto), no valor de 12 500 reais brancos, ter sido pago em 62 500 ceitis...⁷³.

⁶⁶ *Livro Vermelho*, pág. 446; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 386-387.

⁶⁷ MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, págs. 22-23.

⁶⁸ FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 402; MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, pág. 25.

⁶⁹ MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, pág. 22.

⁷⁰ MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, págs. 24-25.

⁷¹ Porto, G. H. C., *Vereações*, liv. 2, fl. 246 v.º.

⁷² *Ibidem*, *Pergaminhos*, liv. 5, fls. 32, 36, 61, 63; *Vereações*, liv. 4, fls. 97 v.º, 108 v.º, 136; A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 5, fls. 43 vº., 44 vº.; *Estremadura*, liv. 7, fl. 20, etc.

⁷³ Porto, G. H. C., *Pergaminhos*, liv. 5, fl. 46.

*

Ao chegarmos a D. João II, novo iato nos surge, quer na documentação manuscrita quer nos exemplares monetários, chegados até hoje. E uma das questões que se nos põem, incide sobre as primeiras emissões deste rei, acerca das quais a ignorância é quase total. De facto existe um intervalo de tempo, entre 1481 e 1484-85, de que nos restam apenas algumas espécies áureas, os cruzados, os quais se distinguem dos lavramentos seguintes por terem o escudo real assente na cruz de Avis e os escudetes laterais deitados ⁷⁴.

Das cunhagens em prata e cobre nenhum exemplar é conhecido. Contudo, julgamos pouco crível que somente as moedas afonsinas tenham corrido durante o início do governo joanino. Nenhuma legislação chegou até nós, embora seja conhecida a determinação feita nas cortes de 1481-82, pelas *Memórias de Álvaro Lopes* ⁷⁵. Apesar de não a aceitarmos como pertencente a estes anos, podemos todavia analisá-la.

Assim, sabemos que circulam duas espécies áureas, o justo e o cruzado, este com o valor de meio justo, além de moedas brancas, o real e o meio real. Como moeda de troca, temos o ceitil, em cobre, de que 7 fazem um real branco.

Embora se encontre omisso o valor nominal da moeda de prata, o texto induz-nos a avaliá-la em 20 reais brancos ⁷⁶, o que julgamos ser pouco crível, apesar da documentação não nos auxiliar muito a comprová-lo, por demasiado vaga. Contudo, sabemos que circulam reais de prata de 64 no marco de 11 dinheiros ⁷⁷, com o valor de 24 reais brancos em 1481 ⁷⁸ e 30 em 1481-1484 ⁷⁹, portanto com o mesmo peso que os afonsinos, e meios reais, cotados em 1485, em 12 reais brancos ⁸⁰. É provável que estes reais tenham sofrido

⁷⁴ FERRARO VAZ, *ob. cit.*, pág. 279; *Catálogo...*, pág. 384.

⁷⁵ Bibl. Nac. Lx., Res., Colecção Pombalina, *cód.* 443, fls. 21-21 v.º; A. N. T. T., *Manuscrito da Livraria*, n.º 1163, fls. 95-96; BATALHA REIS, *ob. cit.*, doc. n.º 5, pág. 114.

⁷⁶ O nosso cálculo baseia-se no facto de o texto indicar, para o cruzado, o valor de 19 «pezos» (provavelmente, reais de prata), o que perfaz 380 rs. brs., se os tomarmos a 20 rs. cada «pezo».

⁷⁷ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fls. 32 v.º-33, 33-34; liv. 3, fl. 22 v.º; liv. 22, fls. 94, 46 v.º-47; liv. 1, fls. 25, 6 v.º, 4 v.º; *Estremadura*, liv. 2, fls. 60 v.º-62, 71 v.º-73, 73 v.º-75, 96-97 v.º, 209-210 v.º, 210 v.º-212; *Odiana*, liv. 2, fls. 42-42 v.º, 43 v.º-44 v.º; liv. 7, fl. 26 v.º, etc.

⁷⁸ Ver nota 42.

⁷⁹ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fls. 43 v.º; liv. 4, fls. 7 v.º-8; liv. 22, fls. 94, 46 v.º-47; liv. 26, fls. 108 v.º-109 v.º; liv. 25, fls. 63-63 v.º; *Estremadura*, liv. 2, fls. 60 v.º-62, 71 v.º-73, 73 v.º-75, 96-97 v.º, 209-210 v.º, 210 v.º-212; *Odiana*, liv. 2, fls. 117 v.º-118, 42-42 v.º; Porto, G. H. C., *Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 177 v.º, etc. Em 1486, João Rodrigues paga ainda pelos «pacíficos» 30 reais cada um. Neste caso, a moeda está tomada como unidade de conta (A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 3, fls. 196 v.º-197 v.º).

⁸⁰ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 3, fls. 8-8 v.º.

uma quebra, pois em 1484, surgem-nos referidos em 67 peças no marco e avaliados em 33 reais ⁸¹. Serão provavelmente os pacíficos que a documentação refere ⁸².

Só mais tarde nos surgirão os reais de 114 e 117 no marco de prata, valendo 20 reais correntes e que vulgarmente se designarão por vinténs.

Donde só nos restarem duas opções quanto às cunhagens do início do governo de D. João II:

— inexistência de lavramento de moeda de prata por este soberano, entre os anos de 1481-1484, apenas circulando as espécies de seu pai, o que eventualmente se poderá explicar pela carência de prata e o seu alto custo;

— ou, emissão de reais e meios reais argênteos dentro da metrologia dos grossos de D. Afonso V, os quais de modo algum podem correr com o valor de 20 reais brancos, sob pena de perda para o erário régio, pois esta moeda tenderia a ser expulsa da circulação, quer por entesouramento quer levada para o exterior do reino, por ser demasiado barata, face ao seu toque e à carestia da prata. Neste caso, o marco de prata lavrado valeria 1 280 reais brancos, sendo portanto inferior ao de D. Afonso V, o que é de todo improvável.

Embora nos inclinemos para esta última hipótese, propomos, no entanto, para estes reais de 8 na onça ou 64 no marco de 11 dinheiros, o mesmo poder de compra que os de D. Afonso V, ou seja, os 24 reais brancos que a documentação refere. Perante a falta de metal branco, este numerário terá visto o seu valor nominal aumentado para 30 e, mais tarde, terá sido cunhado em 67 peças no marco. Assim, o marco de prata amoedado terá oscilado, durante os primeiros anos do governo joanino, entre 1 536 reais e 1 920/2 010 reais, consoante tomemos em linha de conta a alteração do seu poder de compra e a sua diminuição no peso.

No que respeita ao ouro, é muito possível que a única moeda lavrada tenha sido o cruzado e só mais tarde o justo fará a sua aparição, até pelo facto de ele ser uma peça de excepção dentro da numária nacional, como nos indica o próprio conselho de Abril de 1484 ⁸³.

⁸¹ Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fls. 174-175.

⁸² A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 43 v.º; *Odiana*, liv. 2, fls. 117 v.º-118; Bibl. Nac. Lx., Res., *Colecção Pombalina*, *Cód.* 443, fls. 23-23 v.º; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 115.

Os «pacíficos» surgem-nos já mencionados no final do reinado de D. Afonso V e cotados em 30 rs. (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fls. 68 v.º-70). Não cremos que os 6 pacíficos de prata, pagos por Diogo Vasques pelo foro da sua casa em Lisboa, sejam reais grossos de Toro, mas outros grossos, múltiplos do chinfrão que, entretanto, terão sido lavrados. Daí o nome de «pacíficos». O facto de desconhecermos a moeda deverá ser interpretado pela uniformidade de cunhos com os antigos reais grossos de 64 no marco.

⁸³ Bibl. Nac. Lx., Res., *Colecção Pombalina*, *Cód.* 443, fls. 23-23 v.º; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 115.

No entanto, alguns documentos mencionam escudos de ouro do cunho de D. João II que, em 1482, são cotados em 260 reais brancos ⁸⁴.

O real branco, moeda de conta, aparece-nos durante estes primeiros anos avaliado em 5 ⁸⁵, 6 ⁸⁶ e 7 ceitis ⁸⁷. Julgamos que estas oscilações provirão da maior ou menor abundância de cobre no mercado.

Pelo que acabámos de explanar, julgamos que, de modo algum, o texto apresentado por Álvaro Lopes poderá pertencer às cortes de Évora-Viana, até porque as consultas feitas pelo soberano, são posteriores a 1481-82.

Em 1484, D. João II sente necessidade de reformar as suas emissões monetárias argênteas, devido à raridade da prata no reino e por o ouro ser aqui mais barato, por mais abundante. Assim, no parecer dado pelos membros do conselho do rei e pelos oficiais das casas da moeda, em Abril daquele ano, encontramos:

- defesa do lavramento da boa moeda de ouro e prata;
- manutenção das emissões dos cruzados, acrescida da dos justos com o peso de dois cruzados, se o monarca tal entender;
- cunhagem de reais de prata de onze dinheiros, com o valor de 20 reais brancos e meios reais;
- proposta de fabrico do quarto do real de prata, apresentada pelos condes de Vila Real e de Abrantes e por Henrique de Figueiredo ⁸⁸.

É de notar que no parecer não vem referido o número de peças lavradas no marco, embora possamos concluir pela lei de 25 de Dezembro de 1484 que será fixado em 114 ⁸⁹. Isto equivale a dizer que se dá uma quebra no nume-

⁸⁴ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 23, fls. 102-102 v.º; liv. 2, fls. 106-106 v.º; *Estremadura*, liv. 3, fls. 278-279.

A menos que o escudo seja entendido como moeda de conta e não como espécie corrente, é curioso assinalar a estabilidade do seu poder de compra em relação a 1468, ano em que, pela primeira vez, nos aparece com o valor de 260 rs. (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 176 v.º-177).

⁸⁵ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fls. 106-106 v.º; *Estremadura*, liv. 3, fls. 278-279.

⁸⁶ *Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fls. 143-144 v.º, 154 v.º; liv. 15, fl. 103 v.º; *Odiana*, liv. 2, fls. 54, 147 v.º-148 v.º; *Além Douro*, liv. 1, fl. 143; Porto, G. H. C., *Pergaminhos*, liv. 6, fl. 28.

⁸⁷ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fls. 46 v.º-47.

⁸⁸ Bibl. Nac. Lx., Res., Colecção Pombalina, *Cód.* 443, fls. 23-23 v.º; A. N. T. T., *Manuscrito da Livraria*, n.º 1 163, fls. 95-96; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 115.

⁸⁹ Lx., A. H. C. M., *Livro 3.º de D. João II*, fls. 14-15; Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originaes*, fls. 164-165; Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fls. 5-6; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 394-395 e 243; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 354-357; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 57; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, págs. 167-168.

Todos estes AA. colocam a lei no ano de 1489 tal como TEIXEIRA DE ARAGÃO, por lapso. A corroborar que ela pertence a 1484, temos não só a circulação das espécies em data anterior àquele

rário de prata, que se irá reflectir no peso e não na lei e, consequentemente, no valor nominal. O marco de prata amoedado sobe de 1 920/2 010 reais brancos, em 1483, para 2 280, o que corresponde a um aumento entre 15,8 % e 11,9 %. No seu conselho, os membros consultados opinam que estes reais e os seus submúltiplos não devem ver o seu valor alterado, após o início do lavramento da nova moeda.

Sabemos também que os reais, tomados como parâmetro para o toque do novo numerário, são designados «pacíficos»⁹⁰.

Será com base neste parecer, tomado em Santarém, que irá sair o regimento sobre as novas moedas, datado de Montemor-o-Novo a 25 de Dezembro de 1484⁹¹ e não 1489, como até agora tem sido afirmado, e enviado aos concelhos, informando-os sobre as espécies que, em 1485, passarão a circular no reino.

Assim, atendendo «a mingoa da moeda de prata que nestes nossos regnos ha, quysemos emtender em lavramento della como melhor e mais sem escandallo e com proveito de nosso povoo», determina:

— lavramento de peças aureas, os cruzados com o mesmo toque, peso e valia que os de D. Afonso V, só se alterando nas legendas o nome do soberano, e os justos, com o peso de dois cruzados e a mesma lei que estes;

— emissões de numerário de prata, os reais de 20 reais brancos cada e em 114 peças no marco de 11 dinheiros, e os meios reais de 10 brancos, dos quais 228 fazem um marco. Este é avaliado em 2 280 reais brancos ou seis cruzados de ouro;

— limitação da circulação dos reais de prata «que ora correm», dos grossos e chiffrões até ao último dia de Fevereiro de 1485, pelo que os seus possuidores os poderão levar à casa da moeda, para com a sua fundição obterem

ano como também a própria carta régia de 18 de Fevereiro de 1485 (Lx., A. H. C. M., *Livro 2.º de D. João II*, fl. 46; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 56; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 166), sobre a retirada dos grossos e chiffrões da circulação. Este documento só pode ser entendido como complemento daquele, pois de outro modo não tem sentido. Como exemplo escolhemos a carta, datada de Agosto de 1486, que refere os reais de prata de 20 reais o real e 114 peças no marco, «desta moeda de vinte rreaes que o dicto senhor ora fez» (A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 207). A confirmar a nossa afirmação temos ainda a menção que os dois cronistas fazem às moedas novas de D. João II, que são lavradas em Junho de 1485, após ter reunido o conselho em Beja (RUI DE PINA, *Chroniqua delRey dom Joham II*, ed. A. M. Carvalho, Coimbra, 1950, págs. 63-64; GARCIA DE RESENDE, *Crónica de Dom João II*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, págs. 88-89).

⁹⁰ Bibl. Nac. Lx., Res., Colecção Pombalina, *Cód.* 443, fls. 21-21 v.º; A. N. T. T., *Manuscrito da Livraria*, n.º 1 163, fls. 95-96; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 115.

⁹¹ Ver nota 89.

os novos reais ou vendê-los, aqui, ao preço de 33 reais brancos por cada real ou grosso e 14 por cada chifirão.

A falta de prata, porém, vai alterar os planos do soberano. De facto, D. João II vê-se obrigado a pedir um empréstimo de prata aos concelhos, para iniciar o lavramento das novas espécies brancas, enquanto não chega o carregamento previsto do exterior ⁹². Reside talvez aqui a explicação para a cunhagem de reais com o peso inferior ao estabelecido, pois são lavrados em 117 no marco ⁹³. Igualmente se protela a recolha dos reais grossos e chifrões em circulação, que correm, pelo menos, até fins de Outubro de 1485 ⁹⁴, senão até mais tarde.

Sabemos que, em meados deste ano, se torna a fazer novo pedido de prata aos concelhos ⁹⁵, provavelmente com escassos resultados.

Em meados de Setembro de 1485, nova determinação surge, desta vez motivada pelo alto custo do cobre. O ceitil passa a correr por 1/6 do real corrente, valor em que se fixará. Programa-se, embora julgemos que nunca será levada à prática, a feitura de uma moeda de cobre, com o valor de 3 ceitis ⁹⁶.

⁹² Lx., A. H. C. M., *Livro 3.º de D. João II*, fls. 14-15; Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fls. 164-165; Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fls. 5-6; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 394-395.

Sabemos pela troca de correspondência entre o soberano e os concelhos que o reino não possui prata e a moeda miúda é escassa (Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 49; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 243, nota 2).

É legítimo que as exigências de moedas de prata se acentuem, pois os foros passam todos a ser pagos em prata, pelo menos desde 1483 (A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fls. 108 v.º-109 v.º; liv. 25, fls. 63-63 v.º).

⁹³ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fls. 131 v.º-133, 66 v.º-67; liv. 20, fls. 64 v.º, 206; liv. 4, fls. 14 v.º-15, 34 v.º-35, 35-35 v.º, 71-71 v.º; *Odiana*, liv. 2, fls. 91, 98 v.º, 120, 121, 121 v.º, 123, 141, 154 v.º, 157, 159, etc.

⁹⁴ O regimento de 1484 dá como data limite o último dia de Fevereiro de 1485 (Ver nota 92). Em Fevereiro, prolonga o prazo até ao dia de S. João do corrente ano (Lx., A. H. C. M., *Livro 2.º de D. João II*, fl. 46; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 393; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 56; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 354; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 166). Em Setúbal, determina que os reais de prata e chifrões corram até fins de Outubro (Bibl. Nac. Lx., Res., Colecção Pombalina, *Cód. 443*, fl. 24; BATALHA REIS, *ob. cit.*, págs. 116-117).

⁹⁵ Porto, G. H. C., *Vereações*, liv. 4, fls. 266-267; Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fl. 178.

⁹⁶ Bibl. Nac. Lx., Res., Colecção Pombalina, *Cód. 443*, fl. 24 v.º; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 118.

Esta ordenação encontra-se, aqui, datada de 1489 o que é de todo impossível. A cópia, existente na Torre do Tombo refere o ano de 1485 (A. N. T. T., *Manuscrito da Livraria*, n.º 1 163, fl. 101; BATALHA REIS, *ob. cit.*, pág. 118, nota 1). Optámos por este último, pois são anteriores a 1489 as referências ao ceitil como 1/6 do real (A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 1, fl. 143; *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fls. 143-144 v.º, 154 v.º; liv. 15, fl. 103 v.º; *Odiana*, liv. 2, fls. 147 v.º-148 v.º, etc.).

Com estas novas emissões, opera-se a alteração no escudo real que deixará de estar assente na cruz de Avis, como se pode ver pela carta a Vasco Gonçalves: «por os crunhos hade ser desta maneja que por esa mostra uereis — a cruz fora, e que fiquem as quinas com a bordadura sem cruz, e que sejam compassados os castellos que sem ser mais nem menos dos que ora sam acompanhem a dita bordadura»⁹⁷.

Pouco mais sabemos sobre a legislação monetária deste soberano. No entanto, é muito provável que D. João II tenha sentido necessidade de alterar as suas moedas. Senão vejamos.

O justo, a moeda grossa de ouro destinada a circular no estrangeiro, é, segundo o regimento de 1484, lavrado com o peso de dois cruzados e na lei de 24 quilates⁹⁸. O único curso que lhe é conhecido é o de 600 reais⁹⁹, portanto, inferior ao de 2 cruzados, visto que esta moeda corre com o valor de 380 reais¹⁰⁰. Sendo o seu peso, como já atrás dissemos, de 64 2/3 peças no marco, é óbvio que o justo andarás pelas 32-34 peças. Donde o poderemos concluir que a unidade peso amoedada ronda os 19200/20 400 reais, para este numerário, enquanto para o cruzado o seu valor é superior, ou seja, 24 571 reais, aproximadamente.

Se este facto nos revela por um lado a abundância de ouro no reino, subvalorizando-o em relação à prata, não há dúvida também que esta moeda, quer pelo seu toque quer pelo seu poder de compra, menor que o do cruzado, está destinada a desaparecer da circulação pelo entesouramento e pela expulsão do reino. A menos que a sua finalidade fosse outra, ou seja, a justificação no exterior de um acto político, havido cerca de um ano antes: as mortes dos duques de Bragança e de Viseu. cremos poder ser esta uma leitura possível da legenda («Justus ut palma florebit») e do tipo desta moeda (a figura real no trono, com a espada erguida, símbolo da justiça). Talvez o mesmo já se não possa dizer do espadim ou meio justo, cujo tipo é idêntico ao do espadim afonsino, ou seja, uma mão segurando uma espada pela lâmina e que Garcia de Resende relaciona com a luta contra o infiel¹⁰¹. Em qualquer dos

⁹⁷ Bibl. Nac. Lx., Res. Colecção Pombalina, *Cód. 443*, fl. 24; RUI DE PINA, *ob. cit.*, págs. 63-64; GARCIA DE RESENDE, *ob. cit.*, págs. 88-89; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 243.

⁹⁸ Ver nota 89.

⁹⁹ A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fls. 143-143 v.º; Évora, B. P., Arquivo do Cabido da Sé, *cód. CEC-5-XV*, fls. 14 v.º, 15 v.º, 43; RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 65; GARCIA DE RESENDE, *ob. cit.*, pág. 89, etc.

¹⁰⁰ Ver nota 89.

¹⁰¹ GARCIA DE RESENDE, *ob. cit.*, pág. 89; RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 65; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 244. Apesar das afirmações dos dois cronistas, não queremos deixar de referir que a legenda primitiva dos espadins (*Domini protector vitae meae a quo trepidabo*) se relaciona mais com os dois atentados contra a vida do soberano do que propriamente com a luta em África.

casos, cremos poder interpretá-los como a utilização da moeda como veículo de propaganda do poder real.

No entanto, o justo é uma perda para o erário régio. Daí a necessidade de equilibrar o valor intrínseco com o curso. Em 1490, este numerário aparece-nos com menos peso e maior liga, pois passa a ser lavrado em número de 38 peças no marco de 22 quilates¹⁰², mantendo-se sem alteração até final do reinado¹⁰³. O marco de ouro amoeado em justos passa a valer 22 800 reais brancos contra os anteriores 19 200 ou 20 400 reais em ouro de 24 quilates.

D. João II lavra ainda o meio justo ou espadim de ouro. Desconhecemos a lei que o cria, mas, em 1485-86, já corre com o valor de 300 reais brancos¹⁰⁴

O cruzado, «por seer moeda nobre e rica e muy cursavel e que per todo o mundo teem credito e sua valia muy çerta e que da a nos e a estes regnns grande autoridade»¹⁰⁵, continua a ser estimado como a «grande» espécie áurea portuguesa. Com a mesma lei e peso dos de D. Afonso V, é inicialmente cotado em 380 reais¹⁰⁶. Em 1490, surge-nos já com o valor de 390 reais¹⁰⁷, pelo que o marco de ouro amoeado sobe de 24 571 reais, aproximadamente, para cerca de 25 217 reais.

Quanto à amoedação da prata, o problema apresenta-se-nos complexo. De facto, encontramos, em paridade de circulação, os reais de 20 reais, vulgarmente designados por vinténs, lavrados em 114 peças no marco, como o determina a lei de 1484¹⁰⁸ e em 117 peças ou 14 reais e 5/8 na onça¹⁰⁹. Estes surgem-nos em movimento já em 1484-85, como atrás referimos¹¹⁰. Sendo

¹⁰² A. N. T. T., *Cortes*, vol. 33, fls. 258, 289 e 317; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 243; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 168.

¹⁰³ DAMIÃO DE GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1949, pág. 6; RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 259.

¹⁰⁴ FERNANDO A. JASMIN PEREIRA RODRIGUES, *Alguns elementos para o estudo da história económica da Madeira (capitania do Funchal — século XV)*, tese dact., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1959, doc. 33, pág. CIV.

¹⁰⁵ Ver nota 89.

¹⁰⁶ Ver nota 89.

¹⁰⁷ A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 3, fl. 94; Évora, B. P., Arquivo do Cabido da Sé, *cód. CEC-5-XV*, fls. 14 v.º, 43; GARCIA DE RESENDE, *ob. cit.*, pág. 89; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 242.

¹⁰⁸ Ver nota 89. A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 207; liv. 16, fls. 5. v.º-6; *Odiara*, liv. 2, fls. 147 v.º-148 v.º; *Estremadura*, liv. 3, fls. 73-74.

¹⁰⁹ *Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 206; liv. 4, fls. 14 v.º-15, 34 v.º-35, 35-35 v.º, 71-71 v.º, 79-79 v.º; liv. 10, fls. 25 v.º-26, 81; liv. 17, fls. 31, 87; liv. 16, fls. 13, 38 v.º; liv. 26, 84-84 v.º, 80 v.º-81 v.º; liv. 25, fls. 79-79 v.º, 24-24 v.º, 15-15 v.º; *Estremadura*, liv. 3, fls. 63-64 v.º, etc.; RUI DE PINA, *ob. cit.*, pág. 259; DAMIÃO DE GÓIS, *ob. cit.*, pág. 6; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 357.

¹¹⁰ Ver nota 93.

a sua diferença ponderal mínima, de 2,05 grs. para 1,99 grs ¹¹¹, ela equivale, contudo, a um aumento de 2,6 % do marco de prata amoedado, que passa de 2 280 reais a 2 340.

Documentos posteriores às medidas régias que retiram do circuito monetário os reais de 64 ou 67 no marco, informam-nos que estes nunca chegam a desaparecer totalmente da circulação, correndo quer com o valor de 30 quer com o de 33 brancos ¹¹².

Como submúltiplos em metal branco, temos o meio vintém, cunhado em 228 peças no marco e o quarto, ou cinquinho.

Como moeda subsidiária, corre o ceitel em cobre, lavrado em 120 peças no marco de cobre ¹¹³.

O real branco de 35 libras que já com D. Afonso V deixara de ser cunhado, é substituído pelo real «corrente», como unidade de conta, cujo submúltiplo é o ceitel, de que 6 fazem 1 real corrente e equivalem a 10 reais pretos dos monarcas anteriores. Contudo, o real de 35 libras, que continua a equivaler a 1 soldo da libra, nos contratos feitos em moeda antiga, passa a ser cotado em 11 ceitis ¹¹⁴.

*

* *

Após termos exposto a evolução monetária dos reinados de D. Afonso V e D. João II, vamos tentar analisar o circuito dos metais preciosos que, conjuntamente, a explicam.

Segundo Spooner, a Europa na segunda metade do século XV está marcada pela abundância de metal amarelo e a escassez da prata, o que provoca uma subida do custo desta e do cobre face àquele ¹¹⁵.

Portugal não está afastado deste universo e até participa nele, pois a Lisboa aflui, a partir, sobretudo, de 1443, o ouro da costa africana que, com o acesso à Mina, atinge precisamente na segunda metade desta centúria e

¹¹¹ Tomámos como base o marco de Colónia, com o peso de 233,8 grs. (COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 249).

¹¹² A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fls. 6 v.º, 4. v., 25; *Estremadura*, liv. 3, fls. 196 v.º-197 v.º; Évora, B. P., Arquivo do Cabido da Sé, *cód. CEC-5-XV*, fl. 43. É provável que, nestes casos, sejam tomados como moeda de conta.

¹¹³ Porto, G. H. C., *Livro Grande*, fls. 1 v.º-2; *Livro A*, fls. 170 v.º-172; *Ordenações Manuéis*, Coimbra, 1792, liv. 4, págs. 11-12; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 358-360.

¹¹⁴ Ver nota 113.

¹¹⁵ FRANK C. SPOONER, *L'économie mondiale et les frappes monétaires en France, 1493-1680*, Paris, 1957, págs. 9-10.

início da seguinte, o ponto máximo da sua entrada no reino ¹¹⁶. Por outro lado, a relativa escassez de prata na Europa central que pode ser analisada a nível de conjuntura, é uma constante num reino sem produção argéntifera. Este traço estrutural está bem demarcado ao longo da nossa história monetária pelas contínuas vicissitudes por que passam as espécies brancas aqui lavradas, e pelo facto de Portugal ter sido o primeiro reino europeu a lançar moeda subsidiária de cobre (os reais pretos de D. Duarte), quando no resto do continente, essa função cabe ainda ao bolhão ¹¹⁷.

Apesar de todos estes inconvenientes, os nossos soberanos tentam dar a Portugal um sistema monetário em paridade com a Europa, cunhando ouro, prata e moeda subsidiária de bolhão ou de cobre. Defende-se a emissão das boas espécies monetárias. Contudo a pobreza do reino em metal branco irá orientar as diversas opções por que passará a política monetária real.

Esta oscilará entre as medidas tendentes a atrair ao reino, a prata, sobrevalorizando-a em relação aos outros países, e isentando os mercadores que a trouxeram do pagamento da dízima, e, por outro lado, a limitação do comércio interno deste metal, restringindo o trabalho dos ourives. Também a nossa dependência permanente do mundo exterior quanto aos metais preciosos, leva os soberanos a jogarem com os produtos nacionais mais facilmente exportáveis. É o caso dos coiros, da cortiça e do açúcar da Madeira, transformados em monopólios reais e entregues, geralmente, a mercadores estrangeiros, em detrimento dos nacionais.

O regente D. Pedro segue energeticamente esta política que obviamente não agrada aos mercadores e artesãos portugueses ¹¹⁸. Pouco antes de Alfarrobeira, em 1446, os povos protestam contra a impossibilidade de os ourives negociarem livremente a prata, a que o infante replica com a defesa do não abaixamento da lei dos reais brancos ¹¹⁹. A revogação desta medida será tomada por D. Afonso V, nas primeiras cortes após Alfarrobeira ¹²⁰, e será parcialmente contrariada na assembleia, reunida na Guarda, em 1465, pela proibição da venda daquele metal nas feiras e pela restrição do trabalho dos ourives

¹¹⁶ V. MAGALHÃES GODINHO, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, 1962, págs. 189-198; *Idem*, *L'économie...*, págs. 179-218; F. BRAUDEL, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Armand Colin, 2.^a ed., 1966, vol. I, págs. 424-429; M. NUNES DIAS, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, Coimbra, 1963, vol. I, págs. 57-193.

¹¹⁷ F. SPOONER, *ob. cit.*, págs. 46, 48, 247.

¹¹⁸ MARIA JOSÉ FERRO, *Política monetária...*, págs. 16-17.

¹¹⁹ MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, pág. 17.

¹²⁰ H. GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed., Lisboa, 1950, vol. IX, pág. 255.

à prata particular, dada pelos seus possuidores para fabrico de artefactos vários ¹²¹. Esta última determinação será levantada em 1468 ¹²².

A lei de Setembro de 1472 acusa frontalmente estes mesterais de serem os principais causadores do alteamento do preço do metal branco e da sua fuga à amoedação. A partir daquele ano, fica-lhes vedado o douramento da prata por sua conta própria, além de lhes ser taxado o preço máximo de venda do marco lavrado, em 1 820 reais brancos, auferindo, portanto, o ourives, um lucro de 120 reais em cada unidade de peso ¹²³.

Em 1481-82, são os povos que se erguem contra o comércio e o trabalho destes artesãos, apontando-os como os causadores da subida do custo dos metais preciosos e da rarefacção da moeda nas trocas nacionais, provocada pela fundição destas para obtenção do metal nobre. A este protesto, D. João II responde parcialmente, ao proibir-lhes a fundição das espécies monetárias, excepto daquelas que os seus possuidores entreguem com essa finalidade ¹²⁴.

Outra medida, executada pelos nossos soberanos para mais facilmente obterem prata para amoedação, é a da isenção da dízima. O não pagamento de imposto que, já em 1436, D. Duarte estabelecera por três anos ¹²⁵ e, em 1439, o infante mantém ¹²⁶ e confirma, por mais dez anos, em 1446, «porque nossa teençom he de fora sse trazer pera nossos regnos a mais que se fazer poder» ¹²⁷, é mais outro exemplo da carência que se faz sentir em Portugal e de que «aquestes coses toquen tot lo univerç», como concluem, pela mesma altura, os conselheiros de Barcelona ¹²⁸. Esta isenção manter-se-á praticamente até ao final do século XV, com renovações sucessivas ¹²⁹.

Em 1472, D. Afonso V estabelece um novo decénio de não cobramento de dízima da prata e do ouro, trazidos para o reino. Estes metais deverão ser

¹²¹ GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 261; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 327.

¹²² A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 5, fl. 53; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 261; COSTA LOBO, *op. cit.*, pág. 327.

¹²³ *Livro Vermelho*, pág. 444; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 388; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, págs. 262-263.

¹²⁴ A. N. T. T., *Cortes*, m. 3, n.º 5, 32 v.º-33; *Cortes*, vol. 33, fls. 170-170 v.º; *Cortes*, vol. 44, fls. 177 v.º-178; Lx., Bibl. Acad. Ciências, *Cortes*, mans azul 475, fls. 176-176 v.º; VISCONDE DE SANTARÉM, *ob. cit.*, págs. 209-210.

¹²⁵ MARIA JOSÉ FERRO, *Estudos...*, pág. 73.

¹²⁶ GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 253, nota 3.

¹²⁷ A. N. T. T., *Cortes*, n.º 29, fl. 25; Porto, G. H. C., *Pergaminhos*, liv. 4, fls. 30 v.º-31; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 253, nota 3.

¹²⁸ C. CARRÈRE, *Barcelone, centre économique*, 1380-1462, Paris-LaHaye, 1967, vol. II, pág. 842.

¹²⁹ A. N. T. T., *Cortes*, m. 2, n.º 3, fl. 14; *Cortes*, vol. 43, N. A. 117, fls. 143-144; *Livro Vermelho*, pág. 446; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 387; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, págs. 254 e 255.

amostrados pelos seus proprietários aos mestres dos navios, logo que saíam dos portos de origem, a fim de ficarem registados no livro de bordo, levado para esse efeito. No prazo de seis meses, $2/3$ desta prata deverá dar entrada na casa da moeda para ser lavrada. Ao terço restante, a lei possibilita o transporte para o mundo muçulmano, sem qualquer penalidade, a fim de ser cambiado por ouro ¹³⁰.

Em 1485, é tal a necessidade que D. João II tem de metal para a «moeda meuda pera o trauto da mercaderia e usso da jente sseer ssem pejo e aa bem desto o regno sseer abastado de prata por sseer huma das principaaes riquezas» que renova a isenção do pagamento da dízima e outros direitos por mais dez anos. O mercador deverá levar a prata importada às casas da moeda de Lisboa e Porto onde receberá o metal amoedado, depois de ter efectuado a paga dos custos do fabrico. Em troca, se o desejar, poderá tirar do reino por cada marco de prata que trouxer seis cruzados de ouro ¹³¹.

É um facto que todas estas determinações não bastam para fazer afluir a prata necessária para a cunhagem da boa moeda, sem o perigo de, cedo, esta vir a ser desvalorizada. Daí que os governantes usem o arrendamento do monopólio das raras exportações nacionais a mercadores estrangeiros, para, em troca, estes fornecerem o reino de metal argênteo. É o caso dos coiros, da cortiça, do açúcar da Madeira e de outros produtos.

Em 1446, o concelho de Lisboa queixa-se de que o mercado não está abastecido de carne por causa do contrato da exportação dos coiros, dado aos genoveses. O infante justifica a sua necessidade pois, no regresso, eles trarão prata para o reino. Compromete-se, no entanto, a deixá-la livre após o fim da concessão, desde que, em troca, o mercador que os levar para o exterior traga no retorno metal para a casa da moeda ¹³². Nas cortes de 1455, o problema é de novo levantado com a entrega do monopólio aos genoveses e florentinos o que é explicado pela necessidade de a infanta D. Leonor, imperatriz da Alemanha, receber o seu dote ¹³³.

Em 1484, D. João II consulta e informa os concelhos que «a grande myngoia de prata que ao pressemte ha em nossos regnos», o obriga a chamar a si o comércio dos coiros pelo que redige um contrato de exportação destas peles para o Levante, nos seguintes termos:

¹³⁰ *Livro Vermelho*, págs. 446-447; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 387; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 254 (cont. da nota 3 da pág. 253).

¹³¹ Porto, G. H. C., *Vereações*, liv. 4, fls. 259 v.º-261.

¹³² A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fls. 68-68 v.º; *Estremadura*, liv. 11, fl. 20; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 266.

¹³³ A. N. T. T., *Cortes*, m.2, n.º 3, fl. 13 v.º; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 266.

— tempo de duração: 5 anos;

— venda anual de três mil coiros por 600 marcos de prata ¹³⁴.

Em 1487, os órgãos municipais são convidados a pronunciarem-se sobre a concessão do monopólio dos coiros do reino e do açúcar da Madeira, como o único meio eficiente para a obtenção de prata e armas daquela região, sem se despendar dinheiro ¹³⁵.

Além do Mediterrâneo Oriental, provavelmente via Adriático, o metal argênteo para amoedação vem-nos também do norte da Europa. Daqui, além deste, chega-nos também o cobre.

Em 1456, nos capítulos dados à nação alemã, os mestres das embarcações ficam isentos do pagamento da dízima de todo o ouro e prata que trouxerem, exceptuando-se o cobre ¹³⁶. Idêntica concessão é feita aos flamengos, em 1483 ¹³⁷.

Nas cartas de segurança, dadas a mercadores genoveses, como é o caso de Rafael Spínola, residente em Sevilha ¹³⁸, a ingleses ¹³⁹ e irlandeses ¹⁴⁰ vem por vezes expressa a permissão de trazerem para o reino metais preciosos, cobre e dinheiros.

As nossas exportações são reduzidas. Contudo, é provável que a venda do sal, do vinho, das frutas secas, do peixe, da cortiça, etc., tenham fornecido Portugal de matéria prima para a amoedação. No entanto, são poucas as informações a tal respeito.

¹³⁴ Lx., A. H. C. M., *Livro 2.º de D. João II*, fl. 41.

Nas cortes de 1481-82, os povos protestaram contra a exportação de coiros, porque ocasionava grande carestia no calçado e noutros artefactos. A resposta favorável do soberano indica-nos também que havia uma diminuição na criação de gado. A proibição de se exportarem coiros durará três anos, prazo que o rei cumpre, após o que chamará a si o monopólio deste comércio (A. N. T. T., *Cortes*, m. 3, n.º 5, fls. 32-32 v.º; *Cortes*, vol. 44, fls. 176-177; *Cortes*, vol. 33, fls. 169-169 v.º; Lx., *Bibl. Acad. Ciências, Cortes*, mans. azul 475, fl. 176; VISCONDE DE SANTARÉM, *ob. cit.*, págs. 208-209; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, págs. 268-269).

¹³⁵ Lx., A.H.C.M., *Livro 2.º de D. João II*, fls. 101-101 v.º; Porto, G.H.C., *Vereações*, liv. 5, fl. 164; Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fls. 174-175; SILVA MARQUES, *ob. cit.*, vol. III, págs. 252-253; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, págs. 269-270. Em 1488, o comércio dos coiros e do açúcar ainda se mantém, obtendo-se em troca armas e prata (Lx., A.H.C.M., *Livro 3.º de D. João II*, fl. 4), pelo que podemos concluir uma concordância, dada pelos concelhos à consulta do ano anterior.

¹³⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fls. 137 v.º-138; A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959, pág. 109.

¹³⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 25, fl. 2.

¹³⁸ *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 113.

¹³⁹ *Ibidem*, liv. 1, fl. 113.

¹⁴⁰ *Ibidem*, liv. 1, fl. 104.

A cortiça é usada por D. João II para conseguir cobre da França e da Bretanha, para a artilharia ¹⁴¹ e, talvez, para a moeda, embora o ceitil, a única moeda subsidiária, lavrada neste metal, não tenha sido emitida em quantidades exageradas.

A venda dos sáveis e outros peixes é ainda útil para a obtenção de ouro e prata de Castela e outros lugares, segundo os procuradores do reino às cortes ¹⁴². É provável que a exportação de pescado pelos mercadores de Ponte de Lima para o Levante, contribua para a entrada de prata ¹⁴³.

Por outro lado, as descobertas começam a dar lucro. Já referimos o açúcar da Madeira e agora é a vez do continente africano. Os escravos, a malagueta, o marfim, genericamente referidos como o «trauto da Guiné» ¹⁴⁴ e o ouro chegam a Portugal.

O metal amarelo permite-nos lavar as excelentes espécies áureas que circulam, em nome do rei português, por todo o mundo de então. A sua proveniência é sem sombra de dúvida africana. A Adiça que continua a ser explorada, pouco deve render, apesar dos adiceiros continuarem a entregar duas coroas velhas de ouro ao soberano, anualmente ¹⁴⁵, tal como D. Duarte estabeleceu ¹⁴⁶. D. Afonso V arrenda-a a Lourenço Florentim o qual a perde, em 1473, em favor de João Gonçalves de Alcanhões ¹⁴⁷.

Outras tentativas de prospecção do subsolo nacional, autorizadas pelos monarcas, chegam até nós. Assim, em 1441, o regente concede a seu irmão, D. João, autorização para poder recolher o ouro, a prata, pedras preciosas e outros metais, nas minas já conhecidas ou que vierem a ser descobertas na comarca de Entre Tejo e Odiana e riba de Odiana ¹⁴⁸.

Carta de idêntico teor é dada a D. João, bispo da Guarda, em 1462, permitindo-lhe efectuar prospecções em Caria, desde que indemnize os proprietários dos terrenos onde os vieiros forem encontrados ¹⁴⁹.

Em 1471, Henrique Nicola, bretão, Arnao Álvares, flamengo, vizinhos de Lisboa e servidores do rei, obtêm permissão para explorarem à sua custa quaisquer minas de ouro, prata e outros metais que vierem a descobrir no reino

¹⁴¹ LX., A.H.C.M., *Livro 2.º de D. João II*, fl. 18; GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. IX, pág. 119.

¹⁴² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 96 v.º; *Cortes*, vol. 33, fl. 162.

¹⁴³ *Ibidem*, *Além Douro*, liv. 4, fl. 134 v.º.

¹⁴⁴ *Ibidem*, *Cortes*, m.2, n.º 14, fls. 80-81; *Cortes*, vol. 43, fls. 517-531; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, págs. 538-547; M. NUNES DIAS, *ob. cit.*, vol. II, págs. 7-29.

¹⁴⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 94; *Chancelaria de D. João II*, liv. 15 fls. 64 v.º e 74 v.º.

¹⁴⁶ MARIA JOSÉ FERRO, *Estudos...*, págs. 77-78 e 163-164.

¹⁴⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 154.

¹⁴⁸ *Ibidem*, liv. 2, fl. 80 v.º.

¹⁴⁹ *Ibidem*, liv. 1, fl. 101.

sem o cobramento de qualquer tributo durante os primeiros quatro anos de exploração ¹⁵⁰.

No entanto, todas estas pesquisas são vãs e o nosso ouro, tal como o europeu, é predominantemente de origem africana. Inicialmente trazido pelos mercadores das cidades italianas, da Catalunha e de outras regiões do Mediterrâneo, ele é, sobretudo, português, a partir de meados do século XV.

Ceuta e, depois, os contactos dos nossos marinheiros na costa atlântica de África levam o metal amarelo a desviar a sua rota para Lisboa. Arguim costa da Guiné, Serra Leoa, Mina, são regiões onde os portugueses se irão abastecer de ouro ¹⁵¹.

Mercadorias necessárias ao resgate em terras africanas são tornadas defesas pelos soberanos. Assim, trocam-se conchas ¹⁵², martas de Sevilha ¹⁵³, lambéis ¹⁵⁴, mantas de Arzila ¹⁵⁵, manilhas e copos de latão ¹⁵⁶, prata ¹⁵⁷, etc., pelo precioso pó amarelo.

Embora ignoremos as quantidades de metal que as caravelas trazem para o reino, julgamos poder afirmar que as remessas serão relativamente abundantes, aumentando à medida que a centúria se aproxima do fim. De facto, o ouro será livremente comerciável, dentro da permissividade da lei ao longo de quatrocentos. Em 1439, o infante autoriza o pagamento do trigo que os castelhanos trouxeram a Évora, em metal amarelo, e permite-lhes comprá-lo livremente em todo o reino, desde que se comprometam a trazer cereais. Idêntica concessão é feita aos mercadores portugueses ¹⁵⁸.

¹⁵⁰ *Ibidem*, liv. 22, fl. 5.º.

Em 1481, o mesmo soberano concede a m.º Pedro, afinador, autorização para fazer a prospecção de uma mina em Vale Longo, a duas léguas do Porto (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 77 v.º).

¹⁵¹ Ver nota 116.

¹⁵² A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 3, fl. 76; liv. 2, fl. 66; liv. 26, fl. 131; *Estremadura*, liv. 2, fls. 98 v.º-99.

As conchas são compradas em Castela, chegando a custar entre 8 e 5 cruzados cada. Pelo processo de Brás Álvares, ourives, sabemos que este mandara comprar conchas para levar à Mina. Tendo obtido êxito com a primeira ida clandestina, encomendada a Diogo Álvares a aquisição, em Castela, de mais conchas para o que entrega 150 cruzados. (*Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 18, fl. 79; liv. 20, fls. 76 v.º-77 e 96 v.º).

¹⁵³ *Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 3, fl. 87 v.º.

¹⁵⁴ *Ibidem*, liv. 3, fl. 105; liv. 2, fl. 66; liv. 22, fl. 47 v.º.

¹⁵⁵ *Ibidem*, liv. 26, fl. 131.

¹⁵⁶ *Ibidem*, liv. 1, fl. 64.

¹⁵⁷ *Livro Vermelho*, pág. 447.

¹⁵⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 88; *Odiana*, liv. 4, fls. 88-88 v.º. Embora tenha de ser explicado pela fome que grassa no Alentejo e pela inexistência de moeda de prata, este alvará revela já uma relativa abundância de metal amarelo no mercado português: ...«que aqueles

Em 1488, D. João II defende o trato da Guiné com base nos «muytos proveitos e gamços a todos aquellos mesteiraaes e pessoas que com nossos feitores delles teem que fazer e per que sostemtam suas vidas grande parte do povoo destes regnnos aallem do que em geerall ao regnno veem de proveito pollo muyto ouro e escravos que lhe delles veem»¹⁵⁹.

Os dados numéricos, sobre as quantidades de metal amarelo chegado, são raros e na maior parte dos casos, indistintos das outras mercadorias. Com esta reserva, vamos, contudo, referir alguns números.

Pela carta de quitação dada a Gil Eanes, encarregado do comércio e tesouro da Guiné, de 1476 a 1481, sabemos que manuseia um total de 62 234 715 reais em ouro, malagueta, cera, etc.¹⁶⁰.

Mais claras são as cartas dadas a Lopo Mendes, tesoureiro e recebedor da casa da Mina, e a Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor desta, durante o espaço de tempo que vai de 1 de Outubro de 1486 a Abril de 1497¹⁶¹. Por elas sabemos que de S. Jorge da Mina e de outras zonas da Guiné, chegam ao reino 498 854 148 reais brancos e 2 pretos, em ouro¹⁶², assim distribuídos:

ANOS	TOTAIS
1/10/1486 a 24/8/1488	95.306.252 rs. brs. e 1 preto
?/ 8/1488 a ?/3/1494	382.179.898 rs. brs. e 2 pretos
?/ 3/1494 a ?/4/1497	21.367.997 rs. brs. e 9 pretos

Durante o reinado de D. João II entram mais de 477 486 150 reais brancos o que corresponde a cerca de 1 256 542 cruzados¹⁶³.

que o dicto pam venderem, possam receber em preço delle qualquer ouro e esso meesmo possam conprar ouro em nossos regnos pella vallia que valler ou como sse avierem do preço que ouverem do dicto pam que assy venderem e doutra guisa nom e o possam passar e levar ao dicto regno de Castella e tambem damos mais licença e lugar aa dicta cidade que possam levar ao dicto regno de Castella qualquer ouro pera trazerem pam pera suas governanças» (*Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 88).

¹⁵⁹ Lx., A.H.C.M., *Livro 3.º de D. João II*, fl. 4.

¹⁶⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fls. 53-53 v.º.

¹⁶¹ *Ibidem*, *Estremadura*, liv. 2, fls. 97 v.º-99 v.º e 26 v.º-27.

¹⁶² Para encontrarmos este total, utilizámos o real branco igual a 10 pretos.

¹⁶³ Fizemos o cálculo a partir de 380 rs. cada cruzado, embora já, em 1490, este seja cotado em 390 rs.

Podemos observar uma quebra bastante sensível nos últimos anos de reinado deste rei e nos primeiros de D. Manuel. A comprová-lo, vejamos a média das remessas anuais, entradas durante aqueles períodos

— 47 653 126 rs. brs. para os anos de 1486 a 1488;

— 63 696 649 rs. brs. para os anos de 1488 a 1494;

— 7 122 665 rs. brs. para os anos de 1494 a 1497.

É óbvio que nem todo este ouro se destina à casa da moeda para ser lavrado, nem representa a totalidade do metal trazido para o reino, pois temos que pensar no tráfico clandestino e nas remessas dos particulares.

Pela carta de quitação, passada a Pero Vasques da Veiga, sabemos que o dízimo do ouro, chegado por conta de particulares, durante os anos de 1494 a 1498, rende 11 777 dobras, assim distribuídas: 3 573 nos anos de 1494 a 1496 e 8 204 dobras nos restantes ¹⁶⁴.

Por vezes, o ouro serve para o pagamento das tenças. É o caso de Soeiro Mendes alcaide mor do castelo da ilha de Arguim, a quem D. Afonso V doa doze escravos ou o seu valor em ouro, «os quaaes escravos ou escravas ou ouro elle avera pollo rresgate que fara ou mandara fazer outrem em sseu nome de tanta mercadarya sua daquella que por nos nom he defessa por que sse possa aver os dictos escravos ou ouro que os assy valla ao tempo que os assy resgatarem» ¹⁶⁵.

O metal amarelo entra em pó, jóias, dobras, pesos, etc. Assim, em 1494, Nuno Antunes, cavaleiro da casa real, traz da Mina, para o rei, 30 000 pesos ¹⁶⁶. De Julho de 1491 a fins de Junho de 1495, entram na feitoria de Safim 206 794 dobras e 6 tomins, além de 1 624 mitkhals e 2 tomins de ouro em pó ¹⁶⁷. Martim Reinel, feitor em Azamor, recebe durante os anos de 1486 a 1501, 89 920 dobras a 320 reais cada ¹⁶⁸. Na carta de quitação, dada a João Avelar, recebedor dos oitavos das caravelas dos florentinos, armadas para os rios da Guiné, encontramos referidas 15 dobras dos rios ¹⁶⁹.

Franceses e castelhanos cobiçam o ouro português. Assim, piratas fran-

¹⁶⁴ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 2, fl. 108 v.º, BRAAMCAMP FREIRE, «Cartas de quitação de D. Manuel», in *Archivo Histórico Portuguez*, Lisboa, 1907, vol. IV, pág. 239, n.º 546; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 218.

¹⁶⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 88; SILVA MARQUES, *ob. cit.*, vol. III, pág. 44.

¹⁶⁶ GARCIA DE RESENDE, *ob. cit.*, pág. 258; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 215.

¹⁶⁷ BRAAMCAMP FREIRE, *ob. cit.*, vol. V, doc. n.º 562, págs. 325-326; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 180.

¹⁶⁸ BRAAMCAMP FREIRE, *ob. cit.*, vol. IV, doc. n.º 484, págs. 446-447; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 180.

¹⁶⁹ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 1, fls. 210-210 v.º.

ceses apoderam-se de mais de 20 000 dobras que uma caravela trazia da Mina¹⁷⁰ Também o navio de que Antão Trigo é mestre, foi apresado pelos castelhanos no regresso da Guiné, tendo-lhe sido confiscados os bens sob a acusação de sonegação de 130 dobras¹⁷¹. Por carta de 28 de Abril de 1483, conhecemos a existência de uma demanda entre Garcia de Alcalá, castelhano, e o monarca português, por causa de 400 pesos de ouro da Guiné que aquele alega pertencerem-lhe¹⁷².

*

Apesar das tentativas dos nossos soberanos de obterem metais preciosos para a amoedação, tornando o reino por via do aumento do seu preço um bom mercado para aqueles, não há dúvida que a penúria em metal branco nunca será recuperada, ao contrário do que sucederá com o ouro. No entanto a fuga das moedas áureas e brancas do circuito monetário nacional será sempre uma constante, quer ocasionada por uma balança comercial onde prima a importação, quer por um «mercado negro» de bolhões e espécies argêntas para as cidades italianas e Levante, quer clandestinamente para Castela, quer por entesouramento.

Os capítulos de cortes e a legislação dão-nos algumas informações sobre a saída do nosso numerário e do metal precioso e, embora pensemos que as queixas reflectam a realidade do reino, não há dúvida também que elas formulam uma leitura parcial da questão.

Tomemos como exemplo as cortes de 1446, onde os procuradores atacam a política régia que proíbe o comércio livre da prata e restringe o trabalho dos ourives, afirmando que os únicos beneficiados são os mercadores estrangeiros que a levam para o exterior, em vez de nos comprarem os produtos¹⁷³ No entanto, o problema tem outras leituras possíveis, tais como a fraca exportação nacional que de modo algum equilibra a importação, pelo que obviamente os comerciantes adquirem como resultado das suas transacções, moedas e metais nobres, os quais, como mercadorias que também são, ficam sujeitos a comércio idêntico, muito provavelmente no Mediterrâneo central e levantino¹⁷⁴.

¹⁷⁰ SILVA MARQUES, *ob. cit.*, suplemento ao vol. I, págs. 472-473; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 215.

¹⁷¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 136.

¹⁷² *Ibidem*, liv. 24, fl. 92 v.º.

¹⁷³ *Ibidem*, *Cortes*, n.º 29, fl. 25; Porto, G.H.C., *Pergaminhos*, liv. 4, fls. 30 v.º-31.

¹⁷⁴ JACQUES HEERS, *Gênes au XV. siècle. Civilisation méditerranéenne, grand capitalisme et capitalisme populaire*, eds. Flammarion, Paris, 1971, págs. 65-80.

Idênticas queixas contra a saída do ouro, prata e moedas são formuladas nas cortes de Santarém, onde se propõe a realização de «alealdamentos» como medidas preventivas e controladoras dessa drenagem ¹⁷⁵.

D. Afonso V, em resposta aos protestos, formulados na assembleia de Coimbra de 1472, recusar-lhos-á, enquanto se não conhecer ao certo a quantidade de ouro e de prata que sai pelos portos do mar, pelo que manda fazer um inquérito em Lisboa, «homde a principal carreguacam se faz», visando:

1.º — a importação dos panos a mercadores em trânsito e quais as mercadorias que eles compam;

2.º — a exportação de produtos nacionais feita por mercadores castelhanos, genoveses, florentinos e venezianos, residentes em Portugal, «porque ouvemos certa noticia que eles recebem muitos dinheiros nestes nosos Reinos asy de mercadorias que lhes vem, e as vemdem no Reinno, como de cainbos, que com muitas pessoas fazem, recebendo ca o dinheiro, e mandando pagar em Corte de Roma, e outras partes, e nom se lhes sabe mercadoria, que carreguem senam muy pouqua», pelo que determina que estes sejam obrigados ao alealdamento ¹⁷⁶.

Por outro lado, o numerário branco e de bolhão interessa não só como instrumento de troca mas como mercadoria, em função do metal precioso que contém e que tão raro é na Europa e no Levante ¹⁷⁷.

É neste sentido que devemos interpretar o comércio de reais brancos que os documentos comprovam. Em 1461, D. Afonso V vê-se na contingência de ter de enviar o seu contador a Évora porque nacionais e estrangeiros, judeus e mouros exportam-nos, dando «por elles mayores preços de sua dereita vallia e per outros modos e fazemdo alguñas outras avantajeas per ouro e prata e per outras alguñas coussas pera os averem a sua mão» ¹⁷⁸.

Quando o monarca pretende renovar as suas emissões argênteas, criando os reais grossos de lei de 11 dinheiros, apesar da oposição dos concelhos, afirma que «fizemos fundamento de a fazer porque he em tal maneira que poucas pessoas sse trabalharem de levarem a dicta moeda fora de nossos regnos que he coussa que sse muitas vezes faz e fica a terra fallecida de moeda e levam na e desfazem na em outras partes o que he perda aa terra domde assy saae» ¹⁷⁹.

¹⁷⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 28.

¹⁷⁶ *Livro Vermelho*, págs. 451-456.

¹⁷⁷ MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, págs. 123-124, 134-144; MARIA JOSÉ FERRO, *ob. cit.*, págs. 19-21 e bibliografia aqui citada.

¹⁷⁸ Évora Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fl. 50.

¹⁷⁹ Porto, G.H.C., *Livro 1.º de Provisões*, fl. 5.

Mais tarde, na ordenação sobre os meios grossos de 1472, refere uma das causas da drenagem contínua da prata e dos bolhões para o exterior: «a qual por andarem nosas moedas, e correr em nosos reinos em pequenos preços, e valer muito nos Reinnos comarcaãos, foy levada pera elles, e ficou noso Reino falecido de prata»¹⁸⁰.

Na ordenação sobre o ouro e a prata, D. Afonso V é bem claro quanto à fuga do numerário e do metal precioso supervalorizados pelos estrangeiros, em detrimento dos produtos nacionais. Nela podemos ler: «... como a principall caussa do aleuamentamento do ouro e prata E maa venda da çera e azeites E outras noujdades destes rregnos ssam os mercadores estrangeiros que a elles veem trautar os quaaes teem maneja com aquelles a que elles vendem os panos e ssuas mercadorias que lhas pagam em ouro e prata e lhes dam pella moeda mays do que Jerallmente vall pera leuarem pera ssuas terras pollo quall nam querem conprar as noujdades que pollo rregno ha E... querendo sobrello rremedyar... determjnei que daqui en dyante nenhũa pessoa nam dee nem tome nenhũu cruzado mays que trezentos e setenta rreaes como ora vallem e os rreaes de prata castelãaos e portuguesses e os grossos tam-bem valham a trimta rreaes cada hũu nos quaaes preços mando que as dictas moedas corram Jeeralmente ssem passarem por moor preço... E outrossy determjnei que nenhũa pessoa nom dee nem veuda nem page nem empreste nem troque a nenhũu estrangeiro dos que vãao e vem a estes rregnos nenhũu ouro nem prata hamoedado nem pasta per nenhũa maneyra que seja e sse lhe ouuer de pagar algũu dinheiro de compra de mercadarias ou doutro algũu casso que lho pague em çeptis...»^{180 bis}.

Não há dúvida que um dos mais prementes problemas que se irão pôr aos nossos monarcas, é o de evitar a constante sangria de numerário nacional levado, não tanto pelos mercadores em troca de artigos importados, mas sobretudo pelo tráfico clandestino que, através do interior, se faz com Castela.

A documentação é abundante em referências a passadores de metais preciosos e de moedas para o reino vizinho¹⁸¹. É curioso também acentuar que quase todos eles habitam em zonas fronteiriças.

Garcia Cide, judeu, morador em Évora é acusado de ter passado para Castela 300 000 espécies de reais brancos, pelo que é condenado à perda de todos os seus bens a favor de Rui Gomes, membro do conselho do rei¹⁸².

¹⁸⁰ *Livro Vermelho*, pág. 445; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 386.

^{180 bis} *Livro das Posturas Antigas*, C.M.L., Lisboa, 1974, págs. 128-130. Esta ordenação só pode ser do ano de 1479 e não de 1459, devido à cotação das moedas nela referidas.

¹⁸¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 24 v.º; liv. 7, fl. 3 v.º; liv. 8, fl. 104 v.º; liv. 9, fl. 63 v.º; liv. 17, fls. 47-47 v.º, 65; liv. 20, fl. 21 v.º; liv. 33, fl. 206; *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fls. 40-40 v.º; liv. 4, fl. 18 v.º; liv. 8, fls. 13, 84 v.º, etc.

¹⁸² *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 104 v.º.

Em 1440, Fernão Gil, morador em Elvas, recebe carta de perdão da fuga da prisão, onde se encontrava por ter levado clandestinamente prata para aquele reino ¹⁸³.

Em 1471, é concedida carta de perdão a Moisés Castelão, residente no Porto, acusado de passar moedas para Castela e de aí as desfazer, pelo que os seus bens lhe são confiscados a favor do resgate de Rui de Sousa, cavaleiro do rei ¹⁸⁴.

A 4 de Novembro do mesmo ano, o soberano autoriza o duque de Bragança a reforçar a fronteira das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, com guardas, para impedir a passagem clandestina de ouro, prata e outras mercadorias defesas para o reino vizinho ¹⁸⁵. Também, pela mesma altura, doa a Vasco Sotil, criado do infante D. Henrique, todo o metal precioso e mercadorias que forem transportadas ilegalmente para fora do reino, pelos seus possuidores ¹⁸⁶.

O tráfico ilegal é comum. Metais preciosos, amoadados ou não, gado, cereais e panos escapam muitas vezes aos olhos dos oficiais régios. No entanto, nas relações Portugal-Castela, temos ainda que atender a outros factores que não serão de somenos importância.

Assim, é necessário integrarmos as espécies dos dois reinos num circuito extra-nacional, melhor dizendo, num circuito monetário peninsular, onde correm e onde os interesses de ambos se jogam, funcionando como polos de atracção do país vizinho. Só, nesta conjuntura, se podem compreender as emissões das novas moedas, a sua lei e o valor nominal dado pelo soberano, a fim de evitar a sangria do reino em metal precioso. Em suma, é a «guerra monetária»...

A correspondência de D. Afonso V troca com os concelhos, em 1470, é exemplo desta preocupação, perante a situação caótica da moeda de Henrique IV ¹⁸⁷ e a sua repercussão em Portugal.

No início daquele ano, o concelho do Porto alerta o monarca para a disparidade de valores, existente entre o numerário nacional e o castelhano, com a mesma lei, o que ocasiona a fuga da nossa moeda com valor nominal inferior ¹⁸⁸. A 9 de Março é o rei que, zelando pelos seus interesses, alerta os

¹⁸³ *Ibidem*, liv. 20, fl. 21 v.º.

¹⁸⁴ *Ibidem*, liv. 21, fl. 47 v.º. Cartas de idêntico teor podem ser encontradas em: liv. 8, fl. 15 v.º; liv. 9, fl. 63 v.º, etc.

¹⁸⁵ *Ibidem*, liv. 21, fl. 16 v.º.

¹⁸⁶ *Ibidem*, liv. 21, fl. 77.

¹⁸⁷ O. GIL FARRÉS, *ob. cit.*, págs. 366-370.

¹⁸⁸ Porto, G.H.C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 35.

Este e outros documentos são o exemplo de como o problema monetário não pode ser de modo algum interpretado como se dependesse exclusivamente do soberano: «...nos enviastes

oficiais recebedores dos pedidos, para a grande desvalorização dos henriques que sendo «de tall ley e tam baixa... nam vallem os quatroçentos reaes que por elles dam em nossos regnos»¹⁸⁹.

A 14 de Abril, envia um alvará àquele concelho, pedindo-lhe resposta à carta-circular que mandara sobre «a ennoção da moeda que se ora fezera em Castella» e o seu parecer sobre o «corregimento das moedas de nossos regnos por proveito comuão porque da dicta ennoção de Castella se seguiam grandes danos a nos e a nossos naturaees»¹⁹⁰.

A estreita familiaridade monetária entre os dois reinos¹⁹¹, permitindo a circulação do numerário num circuito extra-nacional, leva o soberano a responder com a legislação do mesmo mês e ano sobre os henriques, para evitar que, em troca destes, Portugal fique vazio de cruzados e de espadins¹⁹². A variedade de toque da moeda áurea castelhana é tão grande que D. Afonso V decide que a sua cotação seja tomada por unidade de lei, ou seja, cada quilate valerá 16 reais, 9 pretos e meio. Para tal avaliação serão colocados ourives experimentados nas casas de câmbio.

É o caso de Viana do Castelo que, em 1473, propõe Isaac Cru, ourives, «o quall avemos por judeu de verdade e fiell», para vedor do ouro, a fim de analisar o numerário áureo do reino vizinho, trazido pelos mercadores galegos e que os povos se recusam aceitar¹⁹³.

No entanto, segundo podemos deduzir por outra circular régia, datada de Dezembro, o problema monetário português tende a agravar-se com o

dizer (o concelho do Porto) que por as moedas de nossos regnos andarem baixas e as de Castella altas todallas dos dictos nossos rregnos levavam pera fora pollo qual era necesario nos as mandarmos correger, pidindo nos que amte de as levarem mais, dessemos a isso algũas ordens e proveessemos sobr'ello como fosse nosso serviço e bem de nosso poboo, o que nos teemos muito em serviço. E porque estas coussas nem outras semelhantes nom queremos fazer sem vosso consselho, deliberamos de sobr'ello vos stprever e per vossa carta nos enviees conselhar o que vos pareça que acerca dello devemos fazer, o qual consselho nos enviaaye daquy ataa dia de Pascoa»... Infelizmente ignoramos a resposta do concelho ao pedido do monarca.

¹⁸⁹ *Ibidem*, fl. 40. Os henriques chegam a ser lavrados em lei de 7 quilates, quando inicialmente o eram em 23 3/4 (O. GIL FARRÉS, *ob. cit.*, pág. 370).

¹⁹⁰ Porto, G.H.C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 21.

¹⁹¹ O problema deve também ser posto em termos de relações entre agregados familiares daquém e dalém fronteira, para os habitantes das localidades próximas desta. É o caso concreto da autorização, dada por D. Afonso V aos moradores de Montalegre, Barroso, Piconha e Portela, para poderem levar ouro, prata, gados, etc., para Castela e Galiza, até à quantia de 6 000 reais, pois os habitantes de ambos os lados da fronteira se casam entre si (A.N.T.T., *Além Douro*, liv. 1, fl. 187 v.º). Sobre este assunto, veja-se J. MARQUES, *Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV*, sep. de *Bracara Augusta*, tomo XXXII, Braga, 1978.

¹⁹² *Livro Vermelho*, págs. 436-440; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, págs. 231 e 382-384.

¹⁹³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 36.

caos da moeda castelhana, pelo que o monarca inicia consultas sobre o lavramento de «alguia moeda tal que seja nosso serviço e proveito de nosso povo»¹⁹⁴. Desta consulta sairá a emissão do meio grosso, ou chinfrão, em 1472.

Não são apenas os mercadores os únicos causadores da sangria da moeda e do metal precioso, segundo os povos. Igualmente incriminado é o alto clero que se encontra em Roma, «homde comem todas as remdas de seus benefícios e de seus patrimônios e alguns deles temcas que de vos ham e outros prestamos que lhe vay desta terra em mercadoria certamente nam, maas em prata e ouro fino»¹⁹⁵. Os gastos, feitos com a ascensão na hierarquia religiosa por parte dos bispos, expulsa o ouro e a prata para a corte pontificia¹⁹⁶. As tenças, concedidas para o estudo em universidades estrangeiras são também, segundo os procuradores, culpadas deste empobrecimento¹⁹⁷.

Tom semelhante é usado nas cortes de 1481-82 pelos povos que acusam os mercadores genoveses e florentinos e a cúria romana de serem os grandes devoradores do numerário português. E afirmam, não sem um certo exagero certamente, que grande parte da moeda que circula na Península Italiana «he cruzados e moeda de vossos Regnos»¹⁹⁸.

É um facto que os compromissos do reino para com Roma conduzem à drenagem da nossa boa moeda para os cofres pontificios. Pelo menos, sabemos que o clero português contribui com 16 000 ducados para a cruzada contra o turco, dos quais 8 000 retornam por oferta do papa a D. Afonso V¹⁹⁹.

Em 1488, D. João II dá carta de quitação a Fernão Lopes de Sande, almoxarife na Guarda, dos 4 050 ducados que cambiou em Salamanca, com destino a Roma²⁰⁰.

No entanto, se estes factores contribuem para o esvaziamento de Portugal, outros há que, não sendo mencionados, são uma constante, como seja a carência de produtos alimentares, entre os quais figuram os cereais²⁰¹.

Em 1484, D. João II concede carta de perdão a Lopo Dinis, escudeiro, que levava do reino ouro e prata para poder carregar um navio com cereais,

¹⁹⁴ Porto, G.H.C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 42; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 233, nota 2.

¹⁹⁵ A.N.T.T., *Cortes*, m.2 n.º 14, fls. 84-84 v.º, 85; *Cortes*, vol. 43, fls. 541-542, 546-549.

¹⁹⁶ *Ibidem*, *Cortes*, m. 2, n.º 14, fls. 85-85 v.º; *Cortes*, vol. 43, fls. 546-549.

¹⁹⁷ *Ibidem*, *Cortes*, m. 2, n.º 14, fl. 85 v.º; *Cortes*, vol. 43, fl. 549 v.º.

¹⁹⁸ *Ibidem*, *Cortes*, m. 3, n.º 5, fls. 39-39 v.º; *Cortes*, vol. 33, fls. 194-195; *Cortes* vol. 4, fls. 199 v.º-201 v.º; Lx., Bibl. Acad. Ciências, *Cortes*, mans. azul 475, fls. 183 v.º-184; VISCONDE, DE SANTARÉM, *ob. cit.*, págs. 237-239.

¹⁹⁹ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 5, fls. 12 v.º-13 v.º.

²⁰⁰ *Ibidem*, *Chancelaria de D. João II*, liv. 15, fl. 32.

²⁰¹ Sobre este assunto, veja-se: A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, ed. Cosmos, Lisboa, 1968, págs. 149-167, 237-282.

destinados a serem aqui vendidos²⁰². Pelos capítulos de Lagos, apresentados nas cortes de Évora de 1490, sabemos que se troca prata por trigo em Mazagão e por sal em Castela²⁰³.

A importação de panos europeus é outro meio de expulsão dos metais preciosos. Nas cortes da Guarda de 1465, os povos queixam-se contra os portos do interior pelos quais entram tecidos da Flandres, via Castela, saindo ouro e prata²⁰⁴.

Embora a lei de Gresham só tenha sido definida no século XVI, a máxima de que a má moeda expulsa a boa do circuito monetário, há muito era conhecida.

Catalão refere, a propósito da circulação de reais brancos e pretos, que estes expulsam aqueles, pelo entesouramento feito pelos possuidores da moeda branca²⁰⁵.

De facto, o entesouramento das espécies monetárias, retirando-as do mercado, contribui para o empobrecimento do reino em metais preciosos amoadados. E, embora seja proibida a fundição das moedas para aproveitamento de ouro ou de prata, é um facto que tal sucede.

Em numerário ou em barra, o metal é uma fonte de riqueza e de aquisição de bens para o seu proprietário e, embora a documentação, incluindo alguma testamentaria, seja parca em informações, possuímos alguns dados que passamos a analisar.

Começemos pela carta de quitação, passada por D. Afonso V a Álvaro Gonçalves Maio, um dos testamenteiros do doutor Martim do Sem, com a relação das moedas portuguesas e estrangeiras do seu considerável tesouro:

- a) portuguesas: 203 reais de prata de D. Fernando;
 28 reais de 10 soldos do Mestre de Avis;
 185 dinheiros de 2 soldos;
 266 reais de 3 libras e meia, velhos e bastardos, além
 de meios reais;
 777 698 reais brancos e 4 pretos;

²⁰² A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 101.

²⁰³ *Ibidem*, *Cortes*, vol. 33, fls. 368 e 371; *Odiana*, liv. 2, fl. 60. Em 1498, D. Manuel dará autorização para se ir comprar cereais à Berbéria com excepção de Larache, levando para tal efeito ouro e prata (*Ibidem*, *Odiana*, liv. 1, fls. 83 v.º-84).

²⁰⁴ *Livro Vermelho*, pág. 393. Sobre a importação de tecidos, veja-se: ANA MARIA P. FERREIRA, *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV* (1381 a 1481), col. Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

²⁰⁵ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 376; MARIA JOSÉ FERRO, *Política monetária...* págs. 16 e 23-24.

- b) estrangeiras: 1 dinheiro de ouro de que «nom dezia de que moeda nem de que pesso» era;
9 florins;
1 184 reais de prata de Castela;
323 dobras cruzadas;
84 dobras de ouro leonesas;
255 dobras e 1/4 mouriscas;
1 525 coroas francesas;
3 francos de ouro;
10 patacas da Flandres;
1 nobre de ouro flamengo;
19 nobres e 3/4 de Inglaterra.

Além destas lega ainda:

- a) portuguesas: 49 dobras de ouro pé terra;
33 gentis;
58 reais de prata de D. Fernando;
185 dinheiros de 2 soldos;
28 reais de 10 soldos do Mestre de Avis;
54 reais de 3 libras e meia dos velhos e meio real;
80 reais de 3 libras e meia dos bastardos;
132 reais de 3 libras e meia;
28 peças de bolhão ²⁰⁶;
- b) estrangeiras: 54 dobras de ouro leonesas;
21 dobras cruzadas;
145 reais de prata castelhanos e meio real;
1 dobra de ouro mourisca;
279 coroas e meia de França;
3 ducados;
6 florins;

²⁰⁶ O escrivão anotou ao lado destas 28 peças de bolhão, o seguinte: «nom dizia quanto estava em a cidade do Porto que allo foy lavrado e o rrendimento que rendeo he posto em sua recepta de rreaes do tempo d'el rey dom Fernando» (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 85).

2 nobres e 1/2 de Inglaterra;
10 patacas da Flandres;
1 dinheiro de ouro ²⁰⁷.

Este documento, a todos os títulos curioso, dá-nos a possibilidade de conhecer não só o numerário estrangeiro que circula em Portugal, mas também a fortuna que um particular, pertencente à aristocracia letrada, em ascensão com a dinastia de Avis, pode possuir.

Em 1445, um Rodrigo Eanes deixa 30 marcos de prata e 24 000 reais em dinheiro à sé de Viseu para missas de aniversário, por alma de D. João I e D. Filipa ²⁰⁸.

Pela carta de perdão de Catarina Rodrigues e seus filhos, moradores em Campo Maior, acusados de instigarem Aires da Silva a roubar seu pai, sabemos que da casa de Rui Gomes da Silva desaparecem cerca de 150 marcos de prata, mil dobras e jóias ²⁰⁹.

Teresa Gomes é acusada de ter roubado cem peças de ouro, legadas por Lourenço Martins a Mem de Seabra, o pobre, para rezar missas por sua alma ²¹⁰.

Por sua vez, um mesteiral, Lourenço Eanes, fanqueiro, morto no desastre de Tânger, deixa a sua filha 10 000 reais brancos e dez marcos de prata ²¹¹. Em 1444, na partilha dos bens, legados por D. Pedro de Meneses a seus filhos, além das propriedades, são mencionados mais de 500 000 reais em dinheiro, avaliados em 640 marcos de prata, sendo cotado cada marco de prata «chã mercadoira» a 780 reais ²¹².

Em 1457, Rui Gomes Alcoforado recebe pela venda do castelo e vila de Penarróia a Álvaro Peres de Távora, 140 000 reais pagos em: 40 baixelas de prata; 4 bacios grandes de cozinha; outro bacio grande dourado, para lava-

²⁰⁷ *Ibidem*, liv. 10, fls. 83-85 v.º; A. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, vol. II, págs. 371-372 e 383-389.

Igualmente curioso é o testamento de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga. Em prata lega cerca de 556 marcos, 7 onças e 4 reais em prata em barra e em baixelas; reais de prata castelhanos, leais e grossos em quantidades não especificadas, além de um total de 500 000 reais brancos, aproximadamente. Em moedas de ouro, o seu testamento refere: 200 dobras, 276 dobras de banda, e meia dobra, 95 henriques e meio, 366 coroas velhas, 3 coroas novas, 20 salutos, 12 escudos, 4 florins e 42 cruzados. Como se vê há um nítido predomínio das espécies áureas castelhanas e francesas (J. MARQUES, *O testamento de D. Fernando da Guerra*, sep. de *Bracara Augusta*, tomo XXXIII, Braga, 1979, págs. 21-26).

²⁰⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 1.

²⁰⁹ *Ibidem*, liv. 4, fl. 10.

²¹⁰ *Ibidem*, liv. 20, fl. 65 v.º.

²¹¹ *Ibidem*, liv. 20, fl. 71.

²¹² *Ibidem*, liv. 25, fls. 46 v.º-48 v.º.

gem das mãos; 8 travessas de servir à mesa; 4 escudelas grandes brancas; 3 gomis grandes; 7 taças brancas; 2 copos grandes dourados nos bordos; 5 taças grandes de bastiães douradas; 1 «albarrada com sua sobrecoço» toda dourada; 2 castiçais grandes, pesando tudo 110 marcos, sendo avaliado o marco de prata em 1000 reais. Além destes objectos de uso, recebe 85 dobras e meia de banda, 17 florins, 9 leais e o restante em reais brancos ²¹³.

Vasco Eanes do Cavalo, mercador do Porto, dá de entrada, pelo aforamento da quinta de Midões, três marcos de prata «em huia taça de crastas douradas na broca (*sic*) e no fundo e o demays em prata d'Arruella, marcada da prata da dicta çidade e mays huñ par de calças de Quartenay preto», sendo o foro pago em oito côvados de bom pano de Quartenay, numa única peça ²¹⁴.

Pela carta de quitação de Fernão Álvares de Borba, recebedor da sisa da marçaria de Lisboa, conhecemos o valor em prata, recebido por este oficial para o recheio da casa do infante D. Fernando quando, em 1453, o rei lhe montou casa. Excluindo os objectos de ourivesaria em metal branco, entregam-lhe 286 marcos no valor de 314 600 reais brancos ²¹⁵, dos quais 139 marcos e 5 onças de prata saem da casa da moeda de Lisboa. Em espécies áureas, recebe 289 dobras e 1/12 da dobra, 62 ducados e 11 nobres velhos ingleses ²¹⁶.

Pelas cartas de perdão por roubos de ouro, prata e dinheiros, podemos tirar conclusões sobre o entesouramento, feito pelo homem medieval, seja ele do povo, da nobreza ou do clero ²¹⁷. Assim, numa lê-se que o furto é avaliado em 100 000 reais brancos, distribuídos por ouro, prata e jóias ²¹⁸. Noutra é um mouro que se queixa que lhe roubaram de casa 15 000 reais em dinheiro, além de jóias de ouro e prata ²¹⁹. Noutra são mercadores judeus, vítimas de

²¹³ *Ibidem*, *Além Douro*, liv. 4, fls. 130-130 v.º.

²¹⁴ *Ibidem*, *Além Douro*, liv. 4, fl. 233.

²¹⁵ Cotámos o marco de prata de 11 dinheiros, em 1 100 reais, como indica a lei de 1 de Dezembro de 1451 (TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 373).

²¹⁶ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 5, fls. 137-140.

²¹⁷ *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fls. 109, 110, 129 v.º; liv. 7, fls. 3 v.º, 4 v.º, 7 v.º, 8 v.º; liv. 8, fls. 6, 21 v.º, 67 v.º, 97 v.º, 110, 114 v., 120 v.º; liv. 9, fls. 4 v.º, 10, 47 v.º, 101, 852, v.º; liv. 10, fl. 121; liv. 11, fls. 1, 30 v.º, 126; liv. 12, fls. 32, 97 v.º, 107; liv. 13, fls. 5, 9, 17 v.º, 24 v.º, 33 v.º, 37, 40 v.º, 48, 49, 50 v.º, 56 v.º, 90, 94 v.º, 106, 142 v.º, 157, 163; Liv. 14, fls. 15, 44 v.º, 76, 85 v.º, 91 v.º, 92; liv. 17, fls. 11, 12, 26 v.º, 27, 50, 58 v.º, 70, 79 v.º, 98; liv. 18, fl. 73; liv. 19, fl. 16; liv. 20, fls. 60 v.º, 103 v.º; liv. 21, fls. 2, 2 v.º, 80, 83 v.º, 92; liv. 25, fl. 52. v.º; liv. 27, fls. 7, 7 v.º, 91 v.º; liv. 33, fls. 11, 106, 183 v.º; *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fls. 33 v.º, 51 v.º, 131; liv. 4, fls. 4 v.º, 9, 29 v.º, 43 v.º; liv. 10, fls. 99, 129; liv. 22, fls. 83, 90 v.º; liv. 23, fls. 25 v.º, 53 v.º, 57 v.º, 68; liv. 24, fls. 43, 98 v.º, etc.

²¹⁸ *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 50 v.º.

²¹⁹ *Ibidem*, liv. 19, fl. 16.

ladrões que lhes levam ouro, prata e jóias no valor de 100 dobras²²⁰. Noutra é uma capela que sofre o furto de 30 000 reais entre ouro, prata, dinheiros e relíquias²²¹.

Além dos particulares, as igrejas são também centros importantes da localização de tesouros, quer em objectos de culto quer como depositárias de numerosos legados pios.

Em 1476, a colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, entrega a D. Afonso V 600 cruzados para lhe não ser tomada a prata que possuía, como sucedera a outros templos²²². Para a ida a Castela, este soberano manda fazer com a prata das igrejas, na casa da moeda de Lisboa, numerário no valor de 7 170 978 reais e 3 pretos²²³.

D. Manuel, duque de Beja, oferece, em 1484, ao convento de Cristo de Tomar oito peças de prata, entre cálices, gomis, bacias, castiçais, buceta para hóstias, etc., com o peso de 32 marcos²²⁴.

Fernando Eanes, chantre e cónego da sé de Évora, lega ao cabido 500 dobras de ouro, para «rreparamento e corrigimento das herdades do cabidoo e pera ssua ssepulputura (*sic*)»²²⁵.

Economicamente detentor de riqueza, o clero português contribui com 16 000 ducados para a cruzada contra o turco e, embora 8 000 sejam doados pelo papa a D. Afonso V, uma parte retoma de novo o caminho da igreja. De facto, o monarca doa ao cabido da sé de Lisboa 5 650 reais «pera o retavollo que se ora faz na dita see do martel sam Vicemte»²²⁶.

²²⁰ *Ibidem*, liv. 13, fl. 94 v.º.

²²¹ *Ibidem*, Chancelaria de D. João II, liv. 10, fl. 129.

²²² *Ibidem*, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 7, fls. 31 v.º-32.

²²³ *Ibidem*, Estremadura, liv. 7, fl. 102 v.º.

²²⁴ MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO, «As doações de D. Manuel, duque de Beja a algumas igrejas da ordem de Cristo», in *Do Tempo e da história*, 1971, vol. IV, págs. 156-157.

²²⁵ Évora, B. P., Arquivo do Cabido da Sé, *Livro dos Aniversários*, cód. CEC-4-XVI, fl. 6v.º. Não resistimos à tentação de transcrever o seguinte passo do legado de Fernandes Eanes: «Item, no dicto dia fazem aniversario pola alma de Fernand'Eanes, chantre e conigo d'Evora, escolar em jure canonico e lente da cadeyra do sobredito em Lisboa por espaço de XV ou XX anos e faze sse polos sseus livros que leixou ao cabidoo, .s., as Novelas em dous velumes ssobre as Degrataaes, outro corpo de Novelas sobre o Ssexto; item, a Soma de Oustiensy; item, hũ velume de trautados e doutros doutores e Joham de Simano ssobre as Crementinas; item, quinhentas dobras d'ouro pera rreparamento e corrigimento das herdades do cabidoo e pera ssua ssepulputura e pera outras coussas que o dicto cabidoo leixou encomendadas que lhe por ssua alma ouvessem de fazer».

²²⁶ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 5, fls. 12 v.º-13 v.º. Julgamos que esta carta de quitação, outorgada a 19 de Junho de 1469, se refere ao célebre painel, vulgarmente conhecido de S. Vicente, e atribuído a Nuno Gonçalves. Veja-se: Jaime Cortesão, *História dos descobrim. . . ortu-gueses*, Lisboa, 1979, 2.ª ed., vol. II, pág. 40.



Motivo de fortes queixas nas cortes é o arrendamento de moedas e dos câmbios reais a particulares.

Em Coimbra, no ano de 1472, os povos acusam o arrendamento do direito de bater a moeda do rei como a causa do descrédito e da fraqueza das espécies monetárias ²²⁷. É um facto que o costume de arrendar o lavramento do numerário já vem, pelo menos, de D. João I que o concede ao concelho de Lisboa e a particulares, entre os quais se encontram João das Regras, Nuno Álvares Pereira ou um grupo de mercadores do Porto ²²⁸. Mas se, nestes casos, temos apenas dinheiro de bolhão arrendado, com D. Afonso V iremos ter também as espécies áureas.

Julgamos poder afirmar que, no início da década de setenta e, pelo menos, até meados desta, o monopólio das moedas se encontra nas mãos do conde de Penela e dos seus homens. Assim, por carta régia, datada de Samora, em 25 de Outubro de 1475, o soberano ordena que este nobre que detém igualmente os câmbios reais, possa mandar lavrar cruzados sem pagar qualquer tributo, excepto os custos tal como sucede com o soberano ²²⁹. Embora possamos concluir que estas emissões têm por finalidade o fornecimento dos câmbios em moeda áurea de D. Afonso V, não há dúvida que com este privilégio o conde de Penela usufrui do direito real da senhoriagem, só pagando a braçagem, tal como o «senhor da moeda». Tal não acontece com outro particular que deseje mandar amoedar ouro seu, pois terá de pagar por cada cruzado, 3 reais brancos, pelo que cada marco lhe custará 92 reais brancos.

Objecto de arrendamento é também o câmbio real que, como os povos afirmam nas cortes de 1472, sempre esteve anexo à casa da moeda e entregue a «homem discreto e pratico em connhecer as moedas e bom e ffiell pera ffazer verdade, este era conforme aos segredos de vosa moeda e offiçiaees dela e deles recebia mandado e ordenança sobre as valias e preços em que aviam de ser dadas e tomadas» ²³⁰. Tendo o soberano feito doação temporária a seu sobrinho, das casas de câmbio, este arrenda-as. É contra esta sub-exploração por parte de nacionais e estrangeiros que os procuradores protestam, alegando que «a estes remdeiros nam he dado regra nem ordenança per que se rejam», pelo que pedem a revogação da mercê feita ao conde. É de notar que, na proposta dos povos, se nota um antagonismo contra este nobre e contra os rendeiros estrangeiros e não tanto contra a concessão em si. É a luta da

²²⁷ *Ibidem*, *Cortes*, m. 2, n.º 14, fl. 95; *Cortes*, vol. 43, fls. 595-596.

²²⁸ MARIA JOSÉ FERRO, *Estudos...*, págs. 93-98.

²²⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 18.

²³⁰ *Ibidem*, *Cortes*, m. 2, n.º 14, fls. 78-78 v.º; *Cortes*, vol. 43, fls. 505-507.

burguesia mercantil contra uma nobreza em transformação e que desempenha cargos que, por estatuto, lhe não pertencem.

De facto, os oficiais do câmbio são recrutados entre os homens da moeda, ourives e mercadores, e se nós remontarmos ao início do governo afonsino, para não recuarmos ainda mais ²³¹, veremos que, em 1440, o infante nomeia Afonso Gonçalves, homem do tesouro do rei para cambiador em Lisboa, em substituição de Rodrigo Eanes, recentemente falecido ²³². Mais tarde, em 1454, é um ourives, m^o Micael, que fica com o câmbio de Lisboa e com autorização não só para vender mas também para comprar todo o ouro e prata, amoedados ou em pasta, além do bolhão ²³³.

A 17 de Julho de 1470, D. Afonso V, pressionado pelas queixas dos frequentadores dos câmbios e pelas informações dadas pelo contador mor dos contos de Lisboa ²³⁴ de que os rendeiros e feitores do conde de Penela ²³⁵, vendem as moedas como não devem, promulga um novo regimento dos cambiadores das moedas e comprador de ouro. Assim determina:

1.^o D. Afonso de Vasconcelos é livre de abrir casa de câmbio em qualquer local do reino, mas é obrigado a tê-la bem fornecida de numerário de toda a espécie;

2.^o está autorizado a comprar ouro e prata, amoedados, em «ariel» ou em pasta, por si ou pelos seus feitores e rendeiros, ganhando o dito conde por cada peça áurea vendida 2 reais brancos, quer haja ou não ordenação sobre ela;

3.^o os cambiadores receberão daqui em diante «por o ssobimento que sse no preço do dicto ouro ffez d'alguns anos a ca», 1 real em cada 100 de ouro amoedado que venderem, o que «he mays que os dictos dous rreaes por cada huma peça», contando-se a subdivisão do real preto por inteiro;

4.^o não poderão exceder além de 15 reais, o preço do marco de prata, sob pena de perda de todo o ganho para o transgressor, cabendo metade ao rei e metade ao acusador;

5.^o é proibido a compra de metal precioso para revenda, ao cambiador;

6.^o em caso de pleito caberá aos tesoureiros das casas da moeda de Lisboa e Porto o julgamento ²³⁶.

²³¹ COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 371.

²³² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 10 v.^o.

²³³ *Ibidem*, liv. 10, fl. 95.

²³⁴ *Livro Vermelho*, pág. 429.

²³⁵ O rendeiro do câmbio da corte é João Gonçalves, ferrador do rei (*Livro Vermelho*, pág. 429; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 327), enquanto o do câmbio de Lisboa é João de Barde (*Livro Vermelho*, pág. 430; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 384; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 374).

²³⁶ Lx., A.H.C.M., *Livro dos Pregos*, doc. 403, fls. 256 v.^o-256; *Livro Vermelho*, págs. 426-428; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 327. A publicação deste regimento é obrigatória para o cambiador

No ano seguinte, coagido pelo dano que a emissão dos henriques de variada lei provoca na economia nacional, é obrigado a revogar, em Abril, este regimento e a criar novas disposições que salvaguardem os interesses dos portugueses. Assim, em carta dirigida a Miguel Fernandes, ensaiador da oficina monetária de Lisboa, determina que:

1.º junto de cada cambiador haverá um oficial da moeda, o fiel, que por ser homem experiente e conhecedor das espécies áureas, terá como função aferir o toque de cada uma e calcular o seu valor em moeda portuguesa;

2.º competir-lhe-á vigiar que no câmbio haja sempre moeda de ouro e de trocos em abundância e informar o soberano, se o cambiador a tal não providencie;

3.º este não poderá cambiar nenhuma espécie áurea sem o exame prévio, feito pelo fiel que, para isso, deverá estar sempre presente no câmbio, sob pena de pagar o triplo do valor daquela, sendo metade para a câmara do rei e metade para o acusador. Ao fiel caberá denunciar tal facto, por escrito, ao mestre da balança da casa da moeda;

4.º feito o toque pelo fiel, logo o cambiador deverá dar por cada peça de ouro estrangeira, 16 reais, 9 pretos e meio por cada quilate de dobra, recebendo aquele oficial 1 real por cada moeda analisada e o cambiador 1 %;

5.º para que o exame de cada espécie se processe com rigor, deverá haver no câmbio, além das pontas de ouro para o toque, balanças e pesos verdadeiros e afinados de moedas e grãos.

O fiel nunca poderá fazer a avaliação «per olho, senom per toque e pontas; porque o juízo do olho nom avemos por seguro nem certo»;

6.º se for trazido ao câmbio ouro de 24 quilates, este será pago à razão de 416 reais por peso de dobra, cabendo 1 real ao fiel, 4 reais e 2 pretos ao cambiador e 420 reais e 8 pretos ao possuidor. O ganho do fiel no toque de metal de ouro em barra nunca poderá ultrapassar os 4 reais;

7.º caber-lhe-á fazer idêntica avaliação, independentemente de a moeda ou o metal serem para cambiar ou não, desde que alguém o solicite;

8.º é-lhe vedado tocar as espécies de ouro portuguesas «porque a fidelidade de nosas moedas ao noso crunho somente queremos que se dee», excepto quando desconfiar da sua falsidade. Neste caso, competir-lhe-á inquirir discretamente, «com muita astucia e afeição», de modo a saber a origem, toque e por que mãos correu;

9.º igualmente não lhe pertence fazer qualquer avaliação das moedas

e a fim de que os utentes da casa de câmbio sejam informados, D. Afonso V ordena que «no cabo da arca do cainbo da dita cidade de Lixboa se pregue alta hũa tavao tal e tamanha em que isto posa caber, o qual se pregue em ela pera quantos ao dicto cainbo vierem, o verem e poderem ler e saber como mandamos que se em elo huse».

estrangeiras que forem adquiridas no câmbio, «porque nom queremos prover com remedio alguñ aqueles que leixam os nosos cruzados, que sam certa e tam justa moeda, e se embaraçam nos amrriques e moedas estranhas, em que tamta confusam, e pouqua certeza haa»²³⁷.

O regimento do fiel dos câmbios responde a pressões várias de ordem social e económica. Por ele D. Afonso V procura travar os protestos populares contra a doação dos câmbios a um membro da família real e o arrendamento dos mesmo por parte deste, colocando um oficial da casa da moeda como fiscal do cambiador-rendeiro e dos seus actos. Ao mesmo tempo ordena que a casa de câmbio, neste caso, a de Lisboa, fique «em a nosa moeda dessa dita Cidade, ou o mais acerca dela que bem poder»²³⁸.

A outra questão que, de modo premente, se põe ao soberano e, para a qual os concelhos já o tinham alertado, respeita à invasão do reino pela má moeda de ouro castelhana e à fuga dos nossos cruzados e numerário de bolhão. Para obstar a tal sangria e antes da criação do novo numerário, necessita de criar medidas regulamentadoras dos câmbios [nacionais]. O objectivo primordial é, sem qualquer dúvida, a irradiação dos maus henriques do circuito monetário português, espécies que, pelo seu toque vário e baixo, prejudicam os interesses do rei e dos particulares que os possuem.

Esta preocupação está bem patente nas múltiplas referências que, no corpo do documento, se fazem a estas peças castelhanas e no destino que se lhes dará, após terem entrado no câmbio: «e quaesquer amrriques que o dito cainbador cainbar acabado de os vós (fiel) julguardes, e ele pagar o preço delas, vós esvrepveres loguo em huñ livro a compra delles, e os cortares loguo com huña tesoura por meio, e lamçarees per hũ buraco que a dita arca terá demtro em ela, e quando quer que o dito cainbador quiser lavar o dito ouro dos amrriques, que asy jouverem demtro na dita arca, o mestre da balança, e ele, presemte vós, e os officiaees dessa dita moeda a abrirão, e os comtaram, e farão a fundiçam e afinaçam do dito ouro»²³⁹.

Por outro lado, o regimento em estudo é importante não só porque nos confirma a inter-relação monetária entre Portugal-Castela, mas também porque nos informa sobre as espécies estrangeiras mais correntes no reino, isto é, a moeda italiana e a francesa pelo que nos oferece uma panorâmica da rede económica em que Portugal está inserido.

Não queremos deixar de salientar a defesa que o documento faz do nume-

²³⁷ *Livro Vermelho*, págs. 430-435; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 384-386; COSTA LOBO, *ob. cit.*, págs. 371-378.

²³⁸ *Livro Vermelho*, pág. 430; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 384.

²³⁹ *Livro Vermelho*, pág. 432; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 385.

rário áureo nacional, especialmente dos cruzados «que sam certa e tam justa moeda».

Complementar deste regimento, cujo espírito é extensivo a todos os câmbios do reino, temos a carta enviada ao mestre da balança da casa da moeda de Lisboa que dará o juramento ao fiel do câmbio desta cidade²⁴⁰ e as circulares, enviadas aos concelhos²⁴¹, além da lei revogadora da ordenação sobre o valor dos novos henriques²⁴².

De natureza diferente é o regimento dos câmbios de Évora, dados a explorar por D. João II a Gonçalo Fernandes, castelhano, residente nesta cidade, pelo espaço de dois anos, iniciados em 1484²⁴³. Por ele sabemos as instruções régias, dadas a este cambiador:

1.º toda a moeda de ouro cerceada, quebrada ou soldada, será cortada e paga como se fosse ouro quebrado. O seu possuidor receberá a quantia equivalente ao seu toque, sendo-lhe descontado por cada grão a menos:

- 5 reais e 2 ceitis, no cruzado;
- 5 reais no justo, espadim, coroa, ducado e henrique;
- 4 reais na dobra de banda, escudo e florim;

2.º no lavramento do ouro, o particular pagará de feitio por cada peso de dobra, 4 reais, além do direito de câmbio;

3.º a moeda de prata será cotada em 33 reais, tomando por base do cálculo o real de prata de 67 no marco, sendo-lhe descontado por cada grão a menos, 3 ceitis, ou seja, meio real;

4.º o cambiador receberá por cada espécie trocada de:

- nobre de Inglaterra, 10 reais brancos;
- justo, 8 reais brancos;
- henrique, leão e excelente de Castela, 7 reais brancos;
- cruzado, ducado, dobra de banda e escudo, 5 reais brancos;
- espadim, florim e coroa, 4 reais brancos;

5.º cabe-lhe ter bem abastecido o referido câmbio, para o que tem o prazo de dois dias, caso contrário os utentes poderão trocar as moedas que desejarem dentro das cotações previstas, sem o cambiador auferir qualquer

²⁴⁰ Como já dissemos, o fiel, nomeado pelo rei, é Miguel Fernandes, ensaiador da casa da moeda de Lisboa, enquanto o cambiador é João Barde.

²⁴¹ *Livro Vermelho*, págs. 435-436 e 436-439; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 382-383. Por lapso, vem indicado o ano de 1470 (*Livro Vermelho*, pág. 439) para o alvará régio, quando, pelo teor e comparando-o com os textos legislativos que lhe estão ligados, deverá pertencer a Abril de 1471.

²⁴² *Livro Vermelho*, págs. 439-440.

²⁴³ Évora, Arq. Dist., *Livro 2.º de Originais*, fls. 173 e 174-175. Em Lisboa, por alvará de 26 de Fevereiro de 1481, o rendeiro dos câmbios deve dar 1000 cruzados de fiança, ou seja, 380 000 reais (*Livro das Posturas Antigas*, C.M.L., Lisboa, 1974, pág. 139).

ganho. Se ao fim de vinte dias não o tiver bem fornecido ou se, por mais de três vezes, o declarar sem espécies para cambiar, a exploração ser-lhe-á retirada e concedida a outrém;

6.º caso esteja interessado em explorar os câmbios de Estremoz e Montemor-o-novo, ser-lhe-á concedida prioridade e a permissão de neles poder colocar parceiros e feitores, dentro das cláusulas outorgadas para o de Évora;

7.º a fim de salvaguardar os interesses da comunidade, Gonçalo Fernandes deverá depositar 100 000 reais de fiança, na câmara desta cidade;

8.º pertence ao câmbio a exclusividade da troca de moeda, excepto em caso urgente de necessidade para completar um pagamento, no «quall casso se podera bem trocar sem polla dicta troca levarem da dicta peça interesse alguõ».

Do estudo deste regimento podemos tirar várias conclusões:

1.º a importância económica que o Alentejo usufrui neste final de século, se atendermos à criação de três casas de câmbio não muito distantes umas das outras, mas todas perto da fronteira com Castela, o que nos leva a uma tripla leitura:

— a de Évora como segunda cidade do reino e, nesta altura, como cidade bastas vezes frequentada pela corte;

— a de centro económico importante para o comércio terrestre peninsular;

— a imigração dos judeus castelhanos;

2.º o saneamento da moeda fraca do circuito monetário nacional, abarcando, inclusivé, as espécies cerceadas que, automaticamente, são destruídas;

3.º o lèque do numerário áureo, abrangido pelos câmbios, neste caso, existentes numa cidade do interior, confirma a abertura dos nossos mercados à dominante europeia, sem qualquer referência, aliás já notada para D. Afonso V, ao mundo muçulmano;

4.º o relevo que a moeda portuguesa de ouro detém em comparação com as suas congéneres europeias, é sintoma da sua boa lei e aceitação pelos mercadores nacionais e estrangeiros;

5.º a taxa de desconto por cada grão, retirado ao peso legal da peça, revela da parte do soberano, o propósito claro de defender o valor intrínseco e a credibilidade interna e externa das espécies lavradas em seu nome, com especial incidência no cruzado que é agravado em 2 ceitis, em relação ao restante numerário.

Um outro serviço, sujeito a arrendamento, é o da compra da moeda para fundição nas oficinas monetárias. A 11 de Agosto de 1460, D. Afonso V arrenda a título perpétuo a Pero da Costa, escudeiro, contador dos contos de Lisboa, a compra dos reais de 1 dinheiro e meio em todo o reino, sob pena

para todo aquele que tal fizer, de confisco de bens para a coroa. Se for estrangeiro, mouro ou judeu, além desta penalidade, será preso e sofrerá o castigo que o soberano entender²⁴⁴. Também o judeu Jacob Crespim usufruirá da concessão da compra de bolhões para a casa da moeda de Lisboa²⁴⁵. O mesmo sucederá com Martim de Basto, escudeiro da casa real²⁴⁶, com Vasco Gil de Aveiro²⁴⁷ e com o barão de Alvito²⁴⁸.

*

* *

Na confirmação da lei sobre moeda falsa de D. Afonso IV e D. João I, D. Afonso V declara que «moeda falsa he cousa mui prejudicial aa Republica, em tanto que se nom fosse asperamente refreada, a Republica nom poderia longamente durar, e converia necessariamente perecer; e por tanto estranharom os direitos gravemente este crime, estabelecendo que todo aquelle, que falsa moeda fezer, ou der a ello favor, ajuda e conselho, ou for dello sabelor, deve de morrer morte de fogo, e todos seus beës devem seer confiscados pera a Coroa do Regno». E, mais à frente, define moeda falsa como «toda moeda, que nom he feita per nosso mandado, em qualquer lugar que seja feita, ainda que seja daquella forma e meateria, de que he feita a nossa verdadeira moeda, que se faz per nosso mandado no lugar pera ello deputado; porque segundo direito e razom ao Rey, ou Princepi da terra he soamente outorgado fazer moeda, e nom a alguũ outro, de qualquer dignidade e preheminencia que seja»²⁴⁹.

Apesar do rigor da pena para o falsificador, extensiva aos coniventes, na perda de bens, a documentação régia é fértil em referências a moedeiros falsos. Membros do clero, da nobreza e povo comum são acusados de falsificadores de espécies nacionais, que vão dos cruzdados aos bolhões, passando pelos grossos.

Afumado, judeu morador em Olivença, vê os seus bens móveis e de raiz confiscados por ter feito moeda falsa, mediante contrato com Pero Lourenço de Elvas, cavaleiro da casa real, para o que recebera 3 000 reais²⁵⁰.

²⁴⁴ Porto, G.H.C., *Vereações*, liv. 3, fl. 283 v.º; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 382; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 325; MAGALHÃES GODINHO, *ob. cit.*, pág. 163.

²⁴⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 135 v.º.

²⁴⁶ *Ibidem*, liv. 24, fl. 80 v.º.

²⁴⁷ *Ibidem*, liv. 24, fl. 82 v.º.

²⁴⁸ *Ibidem*, liv. 7, fl. 99.

²⁴⁹ *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tit. 5; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, vol. I, pág. 392. Esta pena e o teor geral da lei serão mantidos por D. Manuel (TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, pág. 395).

²⁵⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 25.

Diogo de Oliveira, também cavaleiro da casa de D. Afonso V, é obrigado a fugir às justiças, por crime idêntico. Ganhará a sua carta de perdão, em paga de serviços prestados em Arzila e Tânger ²⁵¹.

João Fernandes Nateirão é preso, sob acusação de ter fabricado e passado cruzados falsos ²⁵². Gil Eanes, ex-alcaide de Monforte de Rio Livre, e seu pai, abade de S. Pedro de Lira, recebem carta de perdão por terem fabricado moeda ²⁵³. Vasco Afonso, mercador, residente em Torre de Moncorvo, sofre pena corporal e confisco de bens a favor de D. Mécia de Sousa, mulher de Vasco Fernandes de São Paio, por ter comprado e passado espadins falsos ²⁵⁴. M.^e Pedro, cirurgião, é condenado a degredo em Alcácer, após ter estado preso e ter sido açoitado ²⁵⁵, etc.

Os povos protestam nas cortes contra as cartas de segurança, dadas pelas autoridades aos falsificadores, deixando-os em liberdade, após terem praticado um crime atentatório dos interesses da comunidade ²⁵⁶. Em Coimbra, no ano de 1472, um dos capítulos tem por objecto a falsificação das moedas nacionais fora do reino e a sua penetração, feita por intermédio dos mercadores castelhanos e mouros. Para evitar tal dano, os povos pedem a D. Afonso V que os constanja a comerciar apenas nas feiras e, em cidades como Coimbra, Porto e Évora e no Algarve, o que o rei recusa com base no tratado de paz, existente entre os dois reinos ²⁵⁷. A carta de perdão de José Cohen, tecelão, e de seu irmão Moisés, moradores em Castelo de Vide, da fuga da prisão onde se encontravam, por terem dispendido reais de prata e espadins falsos, que se provou terem recebido de Judas Abudante, morador em Valença de Alcântara, em paga de certo burel e mercadorias ²⁵⁸, é disto exemplo.

Em função do reino vizinho a perspectiva é idêntica, pois aqui também se fabrica dinheiro de Castela ²⁵⁹.

Podemos concluir que, nestes tempos recuados, e apesar da dureza da lei, é frequente a falsificação da moeda nacional e estrangeira. É provável que a facilidade com que este crime é cometido, respeite não só ao processo de fabrico da moeda medieval, mas também ao não cumprimento por parte do «senhor da moeda» da lei que a cada espécie cabia. Por outro lado, a imi-

²⁵¹ *Ibidem*, liv. 22, fl. 32 v.º.

²⁵² *Ibidem*, liv. 18, fl. 98.

²⁵³ *Ibidem*, liv. 12, fl. 88 v.º.

²⁵⁴ *Ibidem*, liv. 8, fl. 60 v.º.

²⁵⁵ *Ibidem*, liv. 1, fl. 37 v.º.

²⁵⁶ *Ibidem*, liv. 11, fl. 34.

²⁵⁷ *Ibidem*, Cortes, m. 2, n.º 14, fls. 110 v.º-111.

²⁵⁸ *Ibidem*, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 89.

²⁵⁹ *Ibidem*, liv. 2, fl. 107 v.º. Rodrigo Eanes, morador no Crato, é referido como falsificador de brancas de Castela.

tação do bom numerário pode ser explicada pela tentativa de fuga ao pagamento dos custos de fabrico na casa da moeda, por parte do possuidor do metal precioso.

*

* *

Em síntese, podemos referir que a história monetária portuguesa da segunda metade do século XV se caracteriza por uma tentativa de paridade com a Europa contemporânea, através da emissão da boa moeda de ouro (cruzados) e de prata (reais grossos e vinténs) e de uma moeda subsidiária de bolhão e de cobre. No entanto, a fome de metal branco que se faz sentir em todo o continente e o seu alto custo obrigam a certas restrições no fabrico, quer do numerário argênteo quer das espécies menores, num reino que é endemicamente pobre em metais preciosos, com uma única excepção nesta centúria, para o ouro africano. É a sua entrada em Portugal que permite um certo equilíbrio monetário e a credibilidade da moeda portuguesa no mercado exterior, com o lançamento dos cruzados. A moeda torna-se, assim, o melhor veículo de propaganda do rei português e da sua política.

I—COTAÇÃO DA MOEDA DE OURO PORTUGUESA

1 — *Escudo*

ANO	REAIS BRANCOS	REFERÊNCIA ¹
1436	120 rs. brs.	nota 7
... a 1451	140 rs. brs.	notas 8-9
1451	160 rs. brs.	nota 10
1468	260 rs. brs.	nota 84
1482	260 rs. brs.	nota 84

2 — *Cruzado*

ANO	REAIS BRANCOS	REFERÊNCIA ¹
1460-61	253 rs. brs.	nota 15
1472	324 rs. brs.	nota 15
1473	325 rs. brs.	A. N. T. T., <i>Estremadura</i> , liv. 7, fl. 154 v,
1474-75	325 rs. brs.	nota 17
1478	360 rs. brs.	nota 18
1479	370 rs. brs.	nota 18
1480	380 rs. brs.	nota 18
1484	380 rs. brs.	nota 100
1490	390 rs. brs.	nota 107
1494	390 rs. brs.	Évora, B. P., Arq. do Cabido da Sé, <i>cód. CEC-5-XV</i> , fl. 43

¹ A referência será dada pela nota do texto, excepto se neste não vier mencionada a fonte.

III — EVOLUÇÃO DO PREÇO DO MARCO DE PRATA

ANO	VALOR EM REAIS BRANCOS	FONTES
1440	700 rs. brs.	A. N. T. T., <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 27, fls. 65 v.º-66 v.º
1442	700 rs. brs.	<i>Ibidem</i> , <i>Odiana</i> , liv. 3, fl. 291
1451	1100 rs. brs.	Teixeira de Aragão, ob. cit. págs. 232 e 373
1457	1000 rs. brs.	A. N. T. T., <i>Além Douro</i> , liv. 4, fls. 130-130 v.º
1460-61	1500 rs. brs.	Porto, G. H. C., <i>Vereações</i> , liv. 3, fl. 282 v.º; Teixeira de Aragão, ob. cit., págs. 230, 232
1465	1600 rs. brs.	A. N. T. T., <i>N. A. 319</i> , fl. 8
1476	1700 rs. brs.	<i>Ibidem</i> , <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 7, fl. 45
1480	2000 rs. brs.	Jorge Faro, ob. cit., pág. 272
1484	2280 rs. brs.	Ver nota 89
1494	2285 rs. brs.	A. N. T. T., <i>Chancelaria de D. Manuel</i> , liv. 27, fl. 72
1497	2280 rs. brs.	<i>Ibidem</i> , <i>Além Douro</i> , liv. 1, fls. 33 e 35

II — COTAÇÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA EM PORTUGUAL *

ANO	DOBRA	DOBRA DE BANDA	DOBRA CRUZADA	HENRIQUE	COROA FRANCESA	COROA FLAMENGA	DUCADO ROMANO?	DUCADO	FLORIM
1443	140rs. brs. 1	—	—	—	—	—	—	—	—
1451	—	185rs. brs. 2	200rs. brs.	—	185rs. brs. 2	—	—	—	—
1453	—	—	—	—	185rs. brs. 3	—	—	—	—
1456	—	204rs. brs. 4	—	—	—	—	—	—	—
1457	—	205rs. brs. 5	—	—	—	—	—	—	140rs. brs. 5
1458	—	—	—	—	—	—	—	235rs. brs. 6	—
1459	—	220rs. brs. 7	—	—	—	—	—	—	—
1460	—	230rs. brs. 8	—	—	—	—	—	—	—
1462	—	—	—	—	—	—	260rs. brs. 9	—	—
1464	—	—	—	—	—	—	265rs. brs. 10	—	—
1465	—	235rs. brs. 11	—	—	—	—	275rs. brs. 10	—	—
1466	—	230rs. brs. 12	—	—	270rs. brs. 12	—	—	440rs. brs. 12	—
1468	—	280rs. brs. 13	—	—	—	—	—	—	—
1469	—	—	—	—	—	—	300rs. brs. 14	—	—
1470	—	—	—	340rs. brs. 15 400rs. brs. 16	—	—	—	—	—
1472	—	300rs. brs. 17	—	—	—	—	—	—	—

* Para os finais do século XIV e inícios do XV, veja-se: MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO, *Estudos de história monetária portuguesa* (1383-1438), Lisboa, 1974, quadro II, pág. 125.

1 A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, v. 27, fls. 5 v.º-6 v.º.

A dobra como moeda de conta, tal como a coroa francesa, para efeitos de pagamento de tenças vale 120 rs. (*Ibidem*, liv. 13, fl. 81 v.º; liv. 14, fls. 18 v.º-19, etc.; COSTA LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, págs. 364-368 e 419).

2 TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.ª ed. Porto, 1969, vol. I, doc. 31, págs. 373-374; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 419.

3 A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 4, fl. 24.

4 COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 419.

5 A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 4, fls. 130-130 v.º.

6 *Ibidem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 2; *Extras*, fl. 48; SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1971 vol. III, doc. n. 12.

8 Porto, Gabinete de História da Cidade, *Vereações*, liv. 3, fl. 282 v.º; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 230 e 234; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 419.

9 A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 16 v.º.

10 *Ibidem*, *Estremadura*, liv. 5, fls. 12 v.º-13 v.º; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 420.

11 Porto, G. H. C., *Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 83.

12 A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fls. 59 v.º e 62; *Estremadura*, liv. 5, fls. 111 v.º-112 v.º; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 420.

13 A. N. T. T., *Odiãna*, liv. 4, fls. 154 v.º-156 v.º.

14 *Ibidem*, *Estremadura*, liv. 5, fl. 15; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 420.

15 «Livro Vermelho de D. Afonso V», in *Livros Inéditos de História Portuguesa*. Lisboa, vol. III, pág. 436; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 382-382 e 231; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 370.

16 Porto, G. H. C., *Livro Antigo de Provisões*, fl. 40.

17 *Livro Vermelho*, págs. 444-451; TEIXEIRA DE ARAGÃO, *ob. cit.*, págs. 233 e 386-389; COSTA LOBO, *ob. cit.*, pág. 419.

III a -- EVOLUÇÃO DO PREÇO DO MARCO DE PRATA



